

***Território Estrada de Ferro
Estado de Goiás***

Documento Provisório

PTDRS
(PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL)

Vianópolis
Novembro
2010

“Quando chegam os ventos da mudança, uns constroem abrigos, outros constroem moinhos.”

Nancur Olson

Índice

1. Introdução.....	4
2. Território Estrada de Ferro.....	4
2.1. Apresentação.....	4
2.1.1. Localização.....	4
2.1.2. Conceituação.....	5
2.1.3. Institucionalidade.....	6
2.2. Aspectos Históricos.....	6
2.3. População.....	7
2.4. Indicadores de Desenvolvimento.....	8
2.4.1. Domicílios em Situação de Pobreza.....	9
2.5. Educação.....	10
2.6. Ocupação da Mão-de-Obra.....	11
2.7. Utilização da Terra	11
2.8. Agricultura Familiar	14
2.9. Política de Crédito.....	15
2.9.1. Créditos do PRONAF 2004.....	15
2.10. Assistência Técnica.....	17
2.11. Capital e Organização Social.....	18
3. Perspectiva de Desenvolvimento: Centralidade na Cadeia Produtiva do Leite.....	19
3.1. Análise da Produção do Leite.....	21
3.2. Importância da Organização Social na Atividade Leiteira.....	26
3.3. Serviços de Apoio à Produção Leiteira.....	27
3.4. Vantagens, Desvantagens e Demandas da Cadeia Produtiva de Leite..	29
3.5. Perspectiva da Cadeia Produtiva do Leite.....	30
4. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.....	31
4.1. Temas e Prioridades.....	31
4.1.1. Tema: Identidade, Cultura, Família e Sociedade.....	31
4.1.2. Tema: Escola e Educação do Campo.....	32
4.1.3. Tema: Assistência Técnica, Extensão Rural e Profissionalização.....	33
4.1.4. Tema: Organização Social e Representação Política da Agricultura Familiar. no Território Estrada de Ferro.....	33
4.1.5. Tema: Infraestrutura, Serviços e Políticas Públicas.....	33
4.1.6. Tema: Produção Agropecuária e Sustentabilidade.....	34
4.1.7. Tema: Qualidade de Vida e Meio Ambiente.....	34
4.1.8. Tema: Governança Territorial e sua Representação Sócio-Política.....	35
4.2. Matriz PTDRS.....	37

1. Introdução

O presente instrumento tem por finalidade contextualizar o Território Estrada de Ferro para que seja possível o conhecimento dos diversos fatores que o compõe e se tenha a devida compreensão de sua realidade, indicando, assim, suas necessidades e potencialidades de desenvolvimento econômico, social, político e ambiental.

Tomando por base a experiência e os resultados adquiridos ao longo do processo iniciado em 2003 com a constituição propriamente dita do Território Estrada de Ferro, a partir do momento da criação da Comissão de Implantação das Ações Territoriais – CIAT, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS se apresenta como um instrumento flexível e dinâmico, capaz de se ajustar às mudanças e aos novos desafios, especialmente impostos à ruralidade, sem, contudo, deixar de assegurar os ideais de justiça e bem-estar social pretendidos para a promoção humana e para a formação de uma sociedade igualitária, ao mesmo tempo que diversa.

Constituintes deste instrumento, o Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS (ex-CIAT) reconhece como legítimos os seguintes documentos, subsídios indispensáveis para a elaboração do PTDRS:

- ✓ Estudo Propositivo do Território Estrada de Ferro (elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT);
- ✓ Estudo da Cadeia Produtiva do Leite no âmbito do Território Estrada de Ferro (elaborado pelo Instituto Ouro Verde em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA);
- ✓ Relatório Geral do I Congresso da Agricultura Familiar do Território Estrada de Ferro (elaborado pelo Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS).

2. Território Estrada de Ferro

2.1. Apresentação

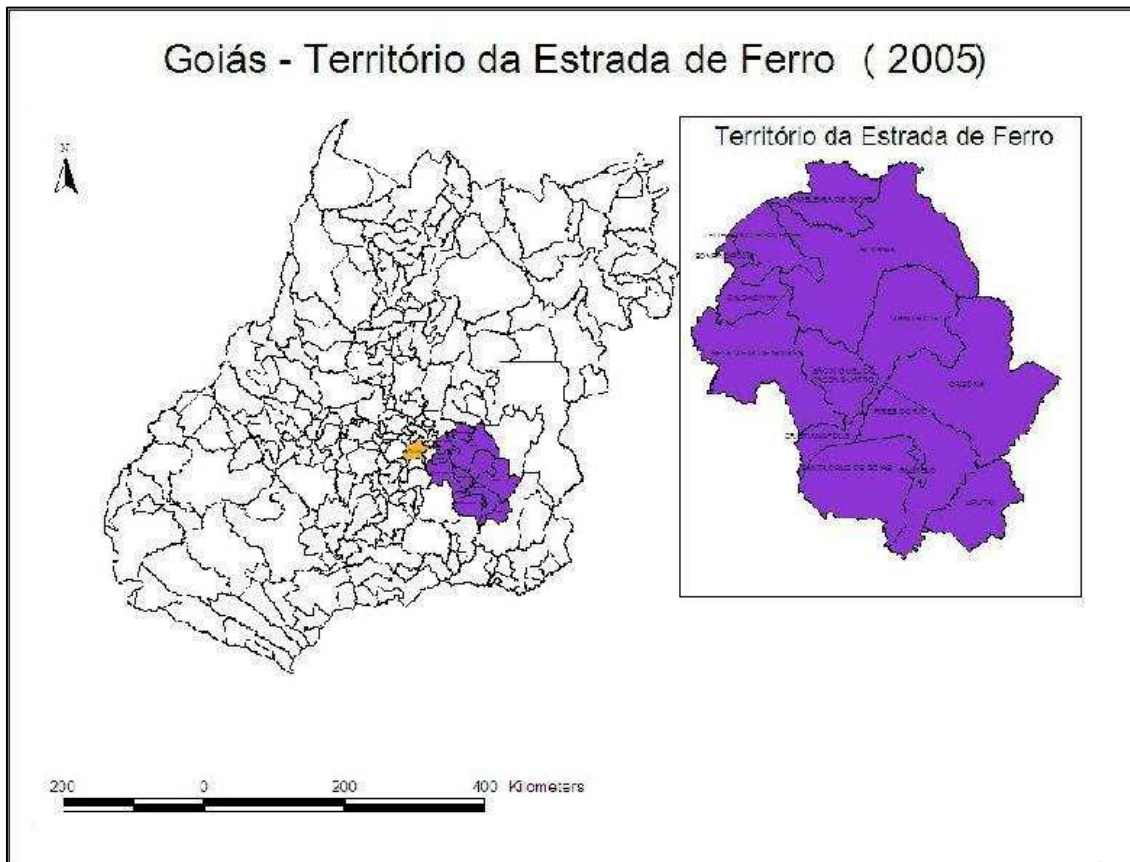
O Território Estrada de Ferro é formado pelos municípios de Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.

2.1.1. Localização

O Território da Estrada de Ferro está localizado na porção Centro Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.623,7 km, o que equivale a cerca de 3% da área total do estado.

Os 14 municípios integrantes estão distribuídos em duas microrregiões: Goiânia e Pires do Rio. Na primeira estão localizados os municípios: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões. Na microrregião de Pires do Rio estão: Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis. (Figura 1)

Caldazinha é o mais próximo de Goiânia, numa distância de 27 Km e Urutaí o mais distante, ficando a 178 Km da capital goiana.



Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.1.2. Conceituação

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, o conceito de Território é entendido como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Já os Territórios Rurais, são caracterizados segundo critérios multidimensionais nos quais se incluem elementos que facilitam a coesão social, cultural e territorial. Apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”, onde o ambiente natural é pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo pastoris, com baixa densidade demográfica (população pequena). A base da economia é primária e seus encadeamentos secundários e terciários, englobam hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nos Territórios rurais estão incluídos espaços

urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>).

2.1.3. Institucionalidade

A governança do Território Estrada de Ferro obedeceu, desde o seu início, orientações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, tendo sido constituída a Comissão de Implantação das Ações Territoriais – CIAT no ano de 2003.

Compunham a CIAT 05 representantes de cada um dos 14 municípios de sua área de abrangência, mais o representante da associação territorial dos prefeitos municipais, num total, portanto, de 71 membros na plenária territorial. Dos 5 representantes de cada município na CIAT, aproximadamente dois terços (2/3) são, obrigatoriamente, pertencentes ao segmento produtivo e social da Agricultura Familiar e cerca de um terço (1/3) composto de técnicos e outros agentes governamentais.

No ano de 2005 foi constituída uma nova institucionalidade denominada Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS, mantendo-se a composição da antiga CIAT. Essa mudança teve o objetivo de assegurar, no âmbito do Território Estrada de Ferro, que a política de desenvolvimento territorial transcendesse o caráter de Política de Governo e se consolidasse como uma Política de Estado.

O CTDRS é coordenado por uma Diretoria Executiva, amparada pelo Conselho Diretor, Conselho Técnico e Conselho Fiscal.

São objetivos do CTDRS incentivar, promover, formular, analisar e deliberar sobre propostas de programas, projetos e ações voltadas para a dinamização do segmento produtivo e social da Agricultura Familiar com vistas ao desenvolvimento econômico, social, ambiental, político e cultural do campo, no âmbito do Território Estrada de Ferro.

2.2. Aspectos Históricos

Autoridades do Império durante o século XIX tiveram a intenção visionária de construir uma ferrovia que integrasse o a Região Centro-Oeste do Brasil ao Rio de Janeiro. Contudo, após a implementação parcial do projeto, a Estrada de Ferro Mogiana, teve suas obras paralisadas em Araguari no ano 1896, no Triângulo Mineiro. Já no início do séc XX, as oligarquias políticas de Goiás, conseguiram a concessão para a criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás, conectada a Estrada de Ferro Mogiana em Araguari.

A construção da Estrada de Ferro Goiás- E.F.Goiás ocorreu em duas etapas. O primeiro trecho; Araguari-Rocandor foi construído no período de 1909 à 1914 e quase uma década depois, no período de 1922 à 1935, o trecho de Rocandor a Anápolis. Em 1950 o ramal partindo de Leopoldo de Bulhões, chegou em Goiânia, a nova capital do Estado.

Com uma história marcada pelo isolamento, Goiás se “moderniza” com chegada da Estrada de Ferro. Além de facilitar o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral e possibilitar a ocupação de grandes áreas com a produção agrícola, ela passa funcionar como um grande centro integrador entre o Estado e o Centro-Sul do país, e a agilizar a comunicação pois proporcionou a instalação de telefones e telégrafos em lugares onde as notícias da capital, Rio de Janeiro, demoravam até meses para chegar.

No aspecto econômico a E.F.Goiás promoveu o desenvolvimento das economias locais por onde passava, bem como do restante do Estado que passou a integrar a economia nacional com exportação para o Sudeste de produtos como o arroz. E ainda promoveu e acelerou o processo de urbanização das cidades, com desenvolvimento do comércio e aparecimento das primeiras agroindústrias do Estado; charqueadas, fábricas de banha e grandes máquinas de beneficiamento de arroz.

A Estrada de Ferro trouxe consigo um grande número de migrantes, principalmente estrangeiros, como árabes, espanhóis e italianos. Os árabes em sua maioria dedicavam ao comércio, e os demais ou buscavam novas terras para desenvolvimento da agricultura ou eram técnicos da Companhia E.F.Goiás que acabaram fixando na região.

2.3. População

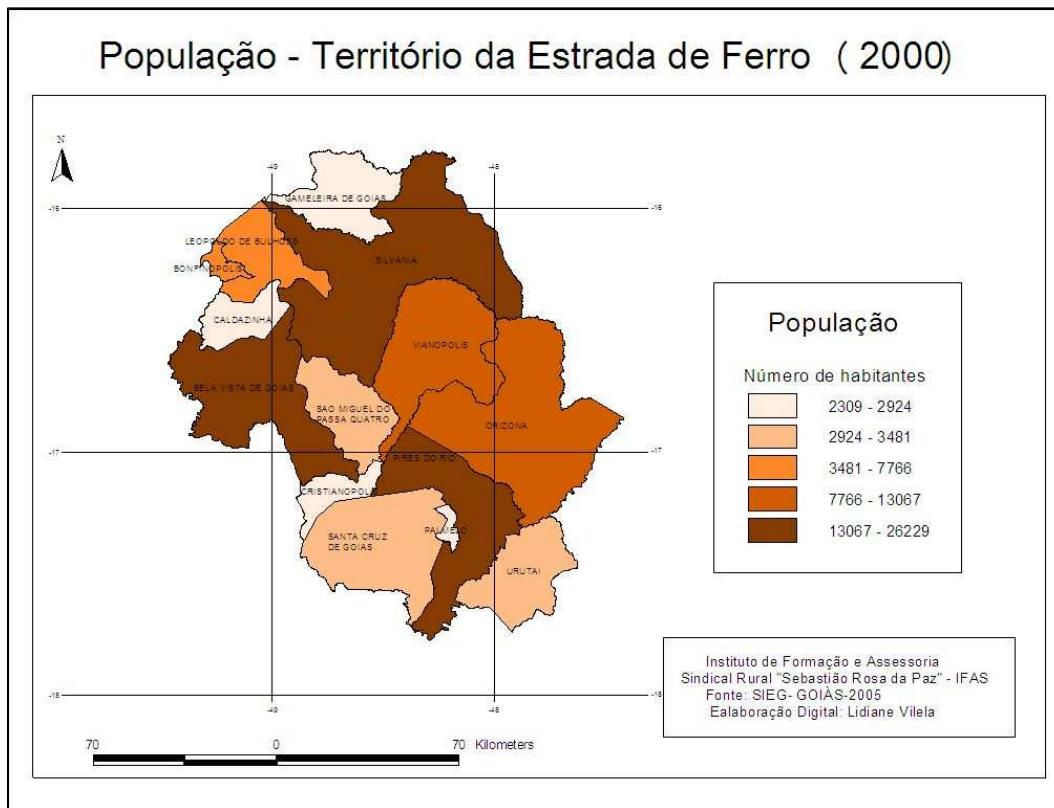
A maior contribuição do Território Estrada de Ferro para o estado de Goiás em termos estatísticos quanto à população refere-se à população rural. Em comparação com o total do estado, a população urbana representa apenas 1,9% do total enquanto a população rural já revela uma expressividade maior dentro do contexto estadual abrigoando 6,6% dos residentes no campo em todo Goiás.

Tabela: Informações sobre População

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	Índice de Urbanização (%)	Razão de Dependência (%)
Bela Vista de Goiás	1.276,6	19.210	12.278	6.932	15,0	63,9	51,0
Bonfinópolis	122,2	5.353	4.908	445	43,8	91,7	54,6
Caldazinha	311,7	2.859	1.194	1.665	9,2	41,8	49,2
Cristianópolis	225,3	2.924	2.371	553	13,0	81,1	53,7
Gameleira de Goiás	595,3	2.594		2.594	4,4		51,2
Leopoldo de Bulhões	495,0	7.766	4.704	3.062	15,7	60,6	53,9
Orizona	1.972,8	13.067	6.382	6.685	6,6	48,8	51,6
Palmelo	59,0	2.309	2.200	109	39,1	95,3	57,0
Pires do Rio	1.073,4	26.229	24.473	1.756	24,4	93,3	49,3
Santa Cruz de Goiás	1.108,9	3.470	1.043	2.427	3,1	30,1	48,4
São Miguel do Passa Quatro	537,8	3.481	1.501	1.980	6,5	43,1	49,1
Silvânia	2.264,7	17.745	10.353	7.392	7,8	58,3	50,5
Urutaí	626,7	3.104	2.213	891	5,0	71,3	45,5
Vianópolis	954,3	11.300	7.723	3.577	11,8	68,3	52,8
a) Total do Território	11.623,7	121.411	81.343	40.068	10,4	67,0	-
b) Total do Estado	340.068,7	5.003.228	4.396.645	606.583	14,7	87,9	51,5
c) % de a/b	3,4	2,4	1,9	6,6	-	-	-

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Mapa da População do Território da Estrada de Ferro



Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.4. Indicadores de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Território da Estrada de Ferro é 0,765, estando acima da média do IDH nacional (0,761), porém abaixo da média estadual (0,776). Quando analisa o IDH por componentes o Território apresenta os seguintes dados: longevidade (0,750), educação (0,850) e (0,694) renda, se destacando em relação ao Estado no componente longevidade cujo índice é de 0,745.

Considerando que os valores do IDH segundo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD são agrupados em três grupos, temos os seguintes indicadores;

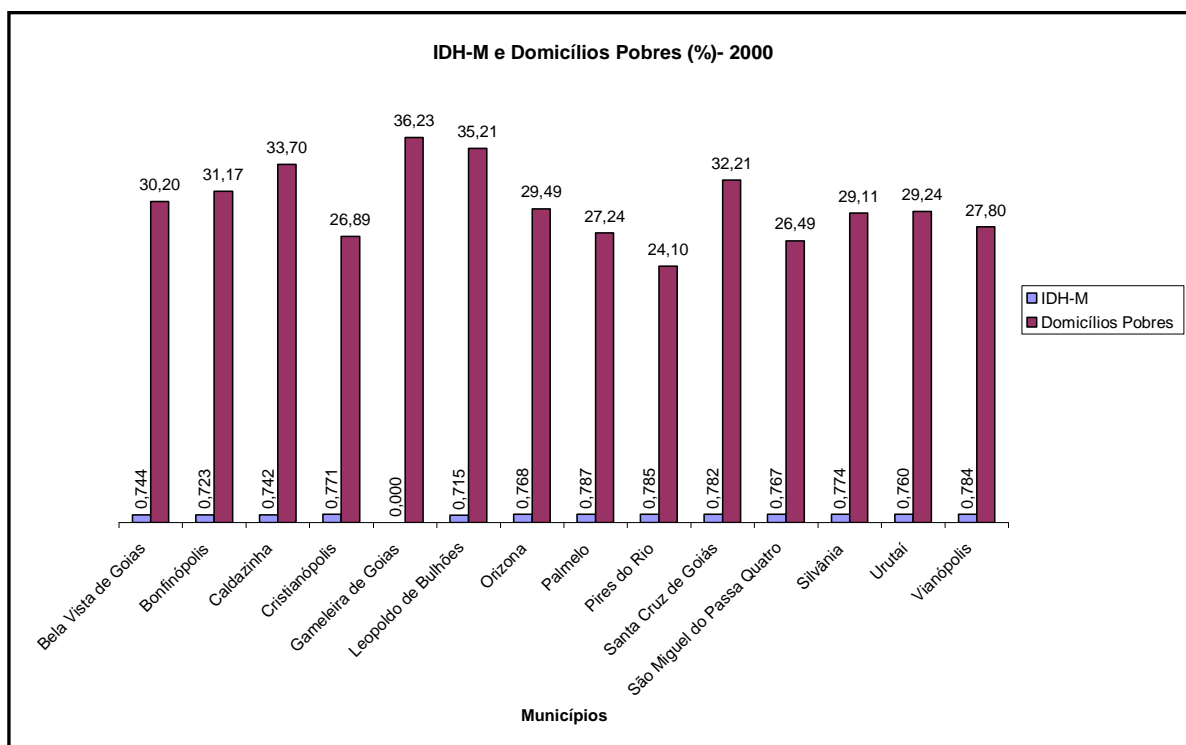
- até 0,499 - Desenvolvimento Humano Baixo;
- 0,500 até 0,799 - Desenvolvimento Humano Médio;
- maior que 0,800 - Desenvolvimento Humano Alto.

Tabela: Índice de Desenvolvimento Humano, ano de 2004

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Bela Vista de Goiás	0,744	0,741	0,833	0,656
Bontinópolis	0,723	0,710	0,806	0,654
Caldazinha	0,742	0,727	0,828	0,672
Cristianópolis	0,771	0,730	0,886	0,696
Gameleira de Goiás				
Leopoldo de Bulhões	0,715	0,689	0,803	0,652
Orizona	0,768	0,762	0,851	0,691
Palmelo	0,787	0,846	0,841	0,787
Pires do Rio	0,785	0,730	0,894	0,731
Santa Cruz de Goiás	0,782	0,806	0,837	0,702
São Miguel do Passa Quatro	0,767	0,762	0,858	0,681
Silvânia	0,774	0,797	0,840	0,684
Urutaí	0,760	0,730	0,878	0,672
Vianópolis	0,784	0,762	0,836	0,753
Território	0,765	0,750	0,850	0,694
Estado	0,776	0,745	0,866	0,717
País	0,761	0,727	0,826	0,723
Santa Catarina	0,814	0,785	0,904	0,754

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Gráfico IDH-M e Domicílios Pobres



Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.4.1. Domicílios em Situação de Pobreza

No total o Território abriga 35.851 domicílios, sendo que 28,8% estão em situação de pobreza. O percentual de domicílios pobres do Território supera em quase nove

pontos percentuais o do estado que é de 20,3%. A participação de domicílios pobres do Território no conjunto do estado é de 3,6%.

Tabela: População e Índices Sócio-Econômicos

Municípios	População Total	Razão de Dependência (%)	IDH-M	Domicílios Pobres	Renda Total (1)	Renda Per Capita	Analfabetismo Funcional (%)
				(%)			
Bela Vista de Goiás	19.210	51,0	0,744	1,5	3.827,00	199,22	55,72
Bonfinópolis	5.353	54,6	0,723	1,3	1.052,00	196,56	57,26
Caldazinha	2.859	49,2	0,742	1,5	626,00	219,01	58,88
Cristianópolis	2.924	53,7	0,771	1,4	740,00	252,91	65,04
Gameleira de Goiás	2.594	51,2	0,000	0,0	0,00	0,00	66,25
Leopoldo de Bulhões	7.766	53,9	0,715	1,3	1.509,00	194,27	64,29
Orizona	13.067	51,6	0,768	1,5	3.209,00	245,55	53,28
Palmelo	2.309	57,0	0,787	1,4	508,00	220,18	52,42
Pires do Rio	26.229	49,3	0,785	1,6	8.168,00	311,43	43,86
Santa Cruz de Goiás	3.470	48,4	0,782	1,6	907,00	261,52	58,33
São Miguel do Passa Quatro	3.481	49,1	0,767	1,6	802,00	230,39	48,34
Silvânia	17.745	50,5	0,774	1,5	4.176,00	235,35	54,66
Urutaí	3.104	45,5	0,760	1,7	677,00	218,24	53,02
Vianópolis	11.300	52,8	0,784	1,5	4.017,00	355,47	54,00

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS desenvolvido pelo governo de Goiás reforçam os dados acima. Em seu conjunto o IDS é composto por outros quatro índices: Indicador do Nível de Saúde - INS, Indicador de Serviços Básicos -IBS, Indicador do Nível de Educação- INE e Indicador da Faixa de Rendimento da Mão-de-obra Formal.

Tabela: Índice de Desenvolvimento Social - IDS (2001)

MUNICÍPIOS	INS	Class.	INE	Class.	ISB	Class.	IFRMF	Class.	IDS	Class.
Bela Vista de Goiás	4902,8	211	5033,6	91	5250,2	15	5139	16	5079,8	22
Bonfinópolis	5006,2	101	4987,4	136	4996,8	48	4950,5	175	4985,2	143
Caldazinha	4999,8	106	4846	240	4946,5	212	4990,7	127	4945,4	204
Cristianópolis	4917,3	196	5165,1	13	5002,2	43	5055,6	57	5034,3	55
Gameleira de Goiás	5158,6	22	4722,3	246	4903,7	241	4851,5	240	4906,5	236
Leopoldo de Bulhões	5192,4	12	4857,6	234	4965,1	156	4995,2	121	5001,1	112
Orizona	5011	95	4958,3	160	4962,2	176	5028,2	78	4989,9	136
Palmelo	5121,8	33	4987,2	137	5021,1	33	5136,3	18	5066,2	28
Pires do Rio	4975,1	133	5166,9	12	5202,6	19	5096	35	5109,4	13
Santa Cruz de Goiás	5078,3	46	4908,7	194	4937,2	223	4993,9	122	4979,1	152
São Miguel do Passa Quatro	5150,2	24	5023,9	100	4956	200	4999,7	110	5031,9	58
Silvânia	4940,9	167	5121,4	31	4968,5	145	5007	103	5009	95
Urutaí	4866,4	238	5189,7	8	4993,8	53	5103,2	32	5036,8	50
Vianópolis	5063,9	55	4990,2	132	4971,3	135	5028,6	76	5013,4	87

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.5. Educação

Os dados do IDH já revelaram que o componente educação é o que apresenta melhor desempenho nos municípios do Território Estrada de Ferro, embora a realidade educacional do mesmo esteja em condições um pouco inferior ao restante do estado.

O analfabetismo no Território atinge 12,7% da população enquanto no estado este índice é de 11%. A situação se agrava quando se observa o número de responsáveis por domicílios com menos de quatro anos de frequência escolar. O analfabetismo funcional atinge 40,6% da população local enquanto este índice no estado é de 34,9%.

Um diferencial do Território Estrada de Ferro é a existência de 3 instituições de Educação Profissional localizadas em Silvânia, Orizona e Urutaí, ambas dedicadas principalmente à formação em áreas de interesse do campo.

O Centro de Formação da Agricultura Familiar (CENTAF) de Silvânia e a Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI destacam-se em relação ao Instituto Federal de Goiás – IFG (antigo CEFET) por oferecem cursos técnicos direcionados à Agricultura Familiar baseados na Pedagogia da Alternância.

2.6. Ocupação da Mão-de-Obra

Existem no Território 8.263 propriedades rurais, gerando ocupação para 32.989 pessoas. Desse total, 23.961 ou 72,6% residem no campo – uma proporção superior a média do estado onde das 471.657 pessoas que se ocupam com afazeres rurais, 67,6 habitam no próprio meio.

Das quase 32.989 pessoas ocupadas em atividades rurais no Território, 65,9% não são remuneradas. Esse índice é superior à média do estado onde 264.070 ou 56% dos trabalhadores encontra-se em situação semelhante.

Das 32.989 pessoas ocupadas no campo, 22.635 são homens. Às mulheres são destinadas 10.354 vagas o que corresponde a 31,39% das ocupações. Este índice é superior à participação das mulheres e atividades no meio rural goiano, onde o percentual é de 28,53%.

Quanto à Agricultura Familiar é, de fato, a que mais gera ocupação no campo. Com apenas 24% da área do Território, é ela quem gera 63,47% das vagas de trabalho oferecidas. Nesta categoria, o grupo que mais gera ocupação é o que congrega as propriedades de 20 a 50 ha.

A participação do Território na geração de ocupações rurais no conjunto do estado é bastante significativa, considerando que Goiás conta com 246 municípios.

Assim, os 14 municípios da Estrada de Ferro geram 11,3% do total de ocupações geradas pelas propriedades com até 10 ha em Goiás; na faixa de 10 a 20 ha a participação cresce para 11,9%; o dado é ainda mais positivo quando se verificam as ocupações geradas nas propriedades com áreas de 20 a 50 ha. As 2.232 propriedades do Território geram 22,7% do total das ocupações deste grupo de estabelecimentos em todo Goiás. Os menores índices de participação das propriedades locais no conjunto do Estado são os da agricultura patronal. Nas categorias 500 a 1000 ha e acima de mil a participação é de 4,8% e 3,7% respectivamente.

2.7. Utilização da Terra

O Território possui uma área produtiva de 966.692 hectares o que representa 3,5% da área total do estado com potencial produtivo.

A principal destinação da terra no Território é para pastagens, sendo que 677.203 ha é ocupado com essa finalidade; ou seja, cerca de 70% da área do Território Estrada de Ferro é destinada à pecuária.

Desse total, 211.260 ha é de pastagens naturais, enquanto os 465.943 hectares restantes foram plantados, seguindo a mesma tendência do restante do estado, onde

se observa que 70,5% dos 27.472.648 ha destinados a atividade rural também são ocupados por pastagens.

No Território da Estrada de Ferro tanto quanto no Estado a presença de matas nativas representam cerca de 26% da área destinada à pastagens.

Num total de 8.623 propriedades rurais existentes no Território, o que corresponde a 7,7% do total do estado, 858 se dedicam ao cultivo de lavouras temporárias ocupando 119.493 hectares. Outros 3.742 ha são destinados ao cultivo de hortifrutigranjeiros e produtos de viveiro. A maior contribuição relativa do Território para a produção estadual por grupo de atividade econômica é da silvicultura, 11,1% da produção e exploração de árvores florestais do estado sai do Território Estrada de Ferro.

A prática do reflorestamento é quase inexistente se comparado a área de matas plantadas em relação àquela destinada aos pastos: 0,75% do total de 465.943 ha plantados com pastagens é destinado à recomposição da mata nativa no Território.

Essa situação pode vir a se agravar se considerado o fato de que a reserva de terra produtiva ainda não explorada no Território é de apenas 1,52%, ou seja, pouco mais de 14 mil hectares não está sendo utilizado para fins de produção agropecuária.

Tabela: Utilização da Terra

Municípios	Utilização da Terra (hectares)								Total
	Culturas		Pastagens		Matas e Florestas		Em	Prudut.	
	Perm.	temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Descanso	Não Utiliz.	
Bela Vista de Goiás	111	6.421	13.684	62.581	19.559	436	1.485	240	106.465
Bonfinópolis	174	787	482	7.455	1.145		72		10.199
Caldazinha	14	1.372	2.893	15.662	834		26	69	21.161
Cristianópolis	38	2.193	2.461	9.950	2.896		603	98	18.982
Gameleira de Goiás									
Leopoldo de Bulhões	235	6.648	14.338	17.559	5.916	15	1.761	1.290	48.946
Orizona	312	17.513	39.449	80.800	21.915	73	2.018	1.346	170.765
Palmelo	12	173	135	2.917	288			32	3.637
Pires do Rio	59	4.113	18.751	45.301	6.909	2	204	685	79.460
Santa Cruz de Goiás	30	3.096	13.144	46.060	16.410	25	517	743	83.752
São Miguel do Passa Quatro	123	8.032	8.376	22.763	6.370	34	68	265	47.729
Silvânia	908	31.599	71.087	113.728	24.419	2.813	3.665	5.017	263.283
Urutaí	105	2.866	16.159	13.532	5.994	73	567	2.569	43.286
Vianópolis	82	16.836	10.301	27.635	8.054		1.329	2.352	69.027
a) Território	2.203	101.649	211.260	465.943	120.709	3.471	12.315	14.706	966.692
b) Estado	55.787	2.119.066	5.137.285	14.267.411	3.774.654	72.652	257.641	545.549	27.472.648
c) % de a/b	3,9	4,8	4,1	3,3	3,2	4,8	4,8	2,7	3,5

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

O Território Estrada de Ferro se caracteriza pela predominância de estabelecimentos da Agricultura Familiar. São 6.190 empreendimentos familiares ou 71,8% de um total de 8.623 estabelecimentos. Em Goiás essa proporção é de 60,5%.

No caso do Território, verifica-se que a maioria, 25,9%, dos estabelecimentos familiares são constituídos de áreas que variam de 20 a 50 hectares.

Mais de 70% dos estabelecimentos, como foi constatado anteriormente, se dedicam à pecuária. Em ordem decrescente, as três principais atividades econômicas dos estabelecimentos rurais do Território são pecuária (70% das propriedades), seguida pela produção mista de lavoura e pecuária (14,3%) e por último a lavoura temporária (10%).

Ao se comparar os dados do Território com os de Goiás pode-se verificar que o primeiro dedica uma área maior do que a média estadual no cultivo da produção mista (12,7% contra 7,6%).

Se comparado apenas com Goiás, o Território tem maior desempenho em termos de terra utilizada nas categorias lavoura temporária, horticultura e viveiro, produção mista e silvicultura.

Quadro: Comparativo Utilização da Área por Atividade Econômica

Categoria	Destinação da área			
	Território		Estado (Goiás)	
	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	119.493	12,4	3.008.421	11,0
2. Horticultura e Produção de Viveiro	3.742	0,4	32.211	0,1
3. Lavoura Permanente	4.592	0,5	136.728	0,5
4. Pecuária	705.445	73,0	21.878.215	79,6
5. Produção Mista	122.451	12,7	2.083.698	7,6
6. Silvicultura	9.319	1,0	191.074	0,7
7. Pesca e Aqüicultura	178	0,0	10.064	0,0
8. Carvão Vegetal	1.460	0,2	132.237	0,5
Total	966.680	100,0	27.472.648	100,0

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Do total de 8.623 estabelecimentos do Território, 92,95% ou 8.016 propriedades estão nas mãos dos proprietários. As outras 608 restantes estão sendo trabalhadas por produtores na condição de arrendatários (161), parceiros (35) e ocupantes (412).

Já em Goiás diminui a proporção de proprietários (90,48%) e aumentam as demais: 3,55% de arrendatários; 0,89% de parceiros e 5,08% de produtores cultivando a terra na condição de ocupante.

São 1.185 estabelecimentos com tamanho que variam de 100 ha a 200 ha; 929 na faixa de 200 a 500 ha, 231 de 500 a 1000 ha e 81 com mais de mil hectares. Na computação dos dados, constata-se que cerca de 9% das pequenas propriedades do Estado concentra-se no Território.

Ao se calcular a área ocupada pelo número de propriedades, observa-se que, embora o Território seja predominantemente familiar em termos de número de propriedades, há uma grande concentração de terras quando se analisa a área ocupada pelos estabelecimentos rurais.

De uma área total de 966.675 hectares nota-se que mais de 77% dela pertencem a média e grande propriedades, as quais totalizam 2433 estabelecimentos. Os 6190 estabelecimentos familiares dividem os cerca de 22,5% restantes da área do Território.

A maior concentração de terras está nas propriedades com áreas que variam de 200 a 500 ha. Num total de 929, estes estabelecimentos se apropriam de 29,44% da área. As 231 propriedades com 500 a 1000 ha se apropriam de 16,5% da área e apenas 81 propriedades com mais de 1000 ha ocupam 14% da área. Os 1.169 pequenos

estabelecimentos rurais com até 10 ha dividem entre si 0,75% dos 966.675 hectares de terra do Território Estrada de Ferro.

Tabela: Estabelecimentos Rurais por Grupos de Área

Municípios	Estabelecimentos (nº)								
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 ha	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Total de Estab.
Bela Vista de Goiás	188	225	332	229	156	91	20	8	1.249
Bonfinópolis	13	10	27	16	18	7	4		95
Caldazinha	118	127	149	59	23	14	1	1	492
Cristianópolis	18	20	52	31	23	23	6		173
Gameleira de Goiás									
Leopoldo de Bulhões	97	81	126	87	59	42	13	4	509
Orizona	191	186	412	334	240	189	32	11	1.595
Palmelo	7	5	10	7	4	3	1		37
Pires do Rio	48	44	90	103	91	84	22	10	492
Santa Cruz de Goiás	29	42	138	128	116	80	24	8	565
São Miguel do Passa Quatro	70	86	172	92	50	55	5	4	534
Silvânia	316	287	560	367	297	227	71	26	2.151
Urutai	8	14	56	48	38	44	9	4	221
Vianópolis	66	62	108	99	70	70	23	5	503
a) Total do território	1.169	1.189	2.232	1.600	1.185	929	231	81	8.616
b) Total do Estado	12.526	10.807	25.245	19.021	16.382	15.686	6.660	5.437	111.764
c) % (a/b)	9,33	11,00	8,84	8,41	7,23	5,92	3,47	1,49	7,71

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.8. Agricultura Familiar

O Território Estrada de Ferro pode ser definido como predominantemente familiar no que se refere ao número de propriedades.

Estes estabelecimentos, no entanto, ocupam, em termos proporcionais, o dobro da área ocupada por outros estabelecimentos familiares no restante do estado. Enquanto no Território 51% da área é destinada a empreendimentos familiares, no Estado este índice cai para 25,2%.

A Agricultura Familiar no Território cumpre também um importante papel na geração de ocupação em comparação com o estado - 8,6% das ocupações geradas por esse segmento em Goiás concentra-se no Território. Em termos percentuais enquanto a Agricultura Familiar em Goiás gera 59,6% das ocupações no meio rural, no Território este índice é de 73,1%.

No quadro geral da produção agrícola no Território o que se observa é queda significativa em produtos tradicionalmente produzidos pela Agricultura Familiar como arroz (-17,40%), banana (-81,65%), feijão (-46%) e laranja (-44,5%). Um crescimento tímido da cana-de-açúcar (1,84%), da mandioca (0,78%). O milho registrou crescimento de 4,5%. A produção de palmito cresceu em proporção e em número de municípios 10% sendo que em 2000 apenas 4 municípios do Território se dedicavam a essa cultura e em 2004 esse número saltou para 11. A soja teve um crescimento significativo (61%), o tomate registrou um salto de 162%, mas nenhuma produção aumentou tanto quanto a produção de sorgo.

Em termos de produção agrícola o café se destaca como um produto novo inserido no Território. Em 2000 não havia nenhum município produzindo café, segundo dados da SEPIN. Em 2004, porém, 10 municípios passaram a se dedicar também a este produto totalizando uma lavoura de 373 ha. A laranja e a banana são produtos com sério risco de desaparecer das lavouras da Estrada de Ferro. Mais de 60% dos municípios que produziam a banana e 40% dos que produziam a laranja abandonaram o cultivo dessas culturas nos últimos quatro anos.

2.9. Política de Crédito

Pela tabela, observa-se que o público alvo das políticas de crédito do Pronaf no Território é constituído de 2.790 agricultores. Apenas 46 se enquadram no Grupo A.

Ainda assim, somente 27 famílias dos programas de agrovilas do Banco da Terra demandaram créditos do Pronaf A em 2005 num total de R\$ 405.000,00. Observando-se os números do Pronaf B e C percebe-se que há uma dissonância entre a procura por crédito e o número de produtores com renda insatisfatória.

É necessário investigar as razões pelas quais o crédito disponibilizado não está sendo acessado pela fatia de agricultores mais carente de possibilidades que permitam ampliar suas rendas. Ao contrário dos grupos A, B e C os grupos D e E são os que mais acessam os créditos do PRONAF: 2096 agricultores recorreram às linhas de investimentos do Programa nos primeiros meses de 2005.

Tabela: Público-Alvo Política de Crédito

Municípios	Público - alvo (nº de produtores)				
	Créditos do PRONAF				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D e E	Bancária (sem enquadramento)
Bela Vista de Goiás	-	-	103	296	6
Bonfinópolis	-	-	-	2	-
Caldazinha	-	-	6	24	1
Cristianópolis	-	-	5	22	1
Gameleira de Goiás	-	3	18	88	-
Leopoldo de Bulhões	-	-	7	12	-
Orizona	46	-	160	616	-
Palmelo	-	-	-	2	-
Pires do Rio	-	-	24	48	-
Santa Cruz de Goiás	-	-	11	52	1
São Miguel de Passa Quarto	-	-	25	140	-
Silvânia	-	2	254	504	3
Urutaí	-	-	11	17	-
Vianópolis	-	-	19	273	-
Total do território	46	5	643	2096	6

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.9.1. Créditos do PRONAF 2004

No ano de 2004 foram assinados 2802 contratos do Pronaf, o que, se relacionado diretamente com o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar no Território Estrada de Ferro, significa que mais de 45% delas propriedades acessaram os recursos disponibilizados.

O volume total de crédito concedido foi de R\$18.870.984,55. A maior procura foi de créditos destinados a agricultores que se enquadram no Grupo D: 70,5% dos contratos realizados; depois vieram os agricultores que se enquadram no Grupo C. Estes foram os responsáveis pela contratação de 643 empréstimos o que equivale a 22,9% do total realizado. Os agricultores com capacidade de contrair dívidas com valores mais elevados, Grupo E, assinaram 119 contratos o que representa apenas 4,25% do total de contratos assinados em 2004. Os contratos dos grupos A, B e dos sem enquadramento contabilizaram, juntos, apenas 2,25% da totalidade.

Do total de 2.802 contratos, 525 são destinados a investimentos e os 2.277 restantes são para custeio.

Tabela: Créditos do PRONAF por Grupo e por modalidade (2004)

Municípios	Metas atingidas em 2004					
	Por grupo			Por modalidade		
	Grupos	Contratos	Montante	Modalidade	Contrato	Montante
Bela Vista de Goiás	Grupo A	-	-	Investimentos	93	1.058.064,81
	Grupo B	-	-	Custeios	312	1.547.342,83
	Grupo C	103	410.577,84			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	291	2.106.649,14			
	Grupo E	5	59.623,67			
	Bancária (sem enquadramento)	6	28.557,00			
Bonfinópolis	Grupo A	-	-	Investimentos		
	Grupo B	-	-	Custeios	2	11.592,59
	Grupo C	-	-			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	2	11.592,59			
	Grupo E	-	-			
	Bancária (sem enquadramento)	-	-			
Caldazinha	Grupo A	-	-	Investimentos	3	74.289,38
	Grupo B	-	-	Custeios	28	138.631,11
	Grupo C	6	24.415,72			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	24	128.504,77			
	Grupo E	-	-			
	Bancária (sem enquadramento)	1	60.000,00			
Cristianópolis	Grupo A	-	-	Investimentos	4	63.701,02
	Grupo B	-	-	Custeios	24	146.268,06
	Grupo C	5	19.484,63			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	20	153.553,62			
	Grupo E	2	31.920,83			
	Bancária (sem enquadramento)	1	5.010,00			
Gameleira de Goiás	Grupo A	-	-	Investimentos	6	43.471,60
	Grupo B	3	3.000,00	Custeios	103	691.647,76
	Grupo C	18	55.915,59			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	75	443.904,13			
	Grupo E	13	232.299,64			
	Bancária (sem enquadramento)	-	-			

Leopoldo de Bulhões	Grupo A	-	-	Investimentos		
	Grupo B	-	-	Custeios	19	93.472,54
	Grupo C	7	18.452,17			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	10	62.549,83			
	Grupo E	2	12.470,54			
Bancária (sem enquadramento)	-	-				
Orizona	Grupo A	46	689.683,63	Investimentos	142	1.850.326,91
	Grupo B	-	-	Custeios	680	3.480.854,38
	Grupo C	160	555.552,44			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	604	3.924.901,85			
	Grupo E	12	161.043,38			
Bancária (sem enquadramento)	-	-				
Palmelo	Grupo A	-	-	Investimentos	1	22.816,00
	Grupo B	-	-	Custeios	1	4.935,00
	Grupo C	-	-			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	2	27.751,00			
	Grupo E	-	-			
Bancária (sem enquadramento)	-	-				
Pires do Rio	Grupo A	-	-	Investimentos	12	126.889,00
	Grupo B	-	-	Custeios	60	303.703,15
	Grupo C	24	80.437,53			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	45	280.387,81			
	Grupo E	3	69.766,80			
Bancária (sem enquadramento)	-	-				
Santa Cruz de Goiás	Grupo A	-	-	Investimentos	7	85.760,00
	Grupo B	-	-	Custeios	57	286.987,95
	Grupo C	11	34.032,82			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	52	333.204,13			
	Grupo E	-	-			
Bancária (sem enquadramento)	1	5.511,00				
São Miguel de Passa Quarto	Grupo A	-	-	Investimentos	18	224.119,36
	Grupo B	-	-	Custeios	147	888.148,77
	Grupo C	25	90.661,73			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	133	903.440,67			
	Grupo E	7	118.165,73			
Bancária (sem enquadramento)	-	-				
Silvânia	Grupo A	-	-	Investimentos	170	1.825.925,42
	Grupo B	2	2.000,00	Custeios	593	2.913.592,11
	Grupo C	254	822.284,82			
	Grupo A/C	-	-			
	Grupo D	487	3.562.336,53			
	Grupo E	17	336.864,18			
Bancária (sem enquadramento)	3	16.032,00				

Fonte: Estudo Propositivo Território Estrada de Ferro/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

2.10. Assistência Técnica

Atualmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER Goiás possui 13 Escritórios no Território Estrada de Ferro, vez que o de Santa Cruz de Goiás responde conjuntamente pelo de Palmelo. Da EMATER, no total são 23 técnicos atuando em todo o Território. Contudo, estima-se que outros 28 técnicos estejam atuando na região, contratados pelas cooperativas e prefeituras.

Embora se reconheçam os esforços individuais dos técnicos envolvidos no processo de ATER no Território é consenso que a estrutura e a forma de atuação do conjunto profissional e das respectivas instituições estão muito aquém de atender satisfatoriamente os agricultores familiares e de promover efetivamente o desenvolvimento social e econômico da Agricultura Familiar.

2.11. Capital e Organização Social

O capital social dos municípios do Território é o elemento preponderante no processo de organização e a principal força capaz de assegurar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável por meio da consolidação do Território. Consta-se nos espaços de construção das políticas territoriais a participação de agricultores cômicos de que a estratégia que está sendo implementada tem como foco principal o empoderamento, em seu sentido mais amplo, das famílias que estão por eles representadas.

Nesses espaços percebe-se que não há posturas de submissão hierárquica seja na relação dos membros da CIAT com sua própria coordenação seja deles com as representações públicas que costumam participar, pelo menos, em parte dos momentos de discussões e definições para o Território.

O processo de organização dos agricultores reflete diretamente no acesso a novas tecnologias. Quanto mais organizado está o município maior o número de agricultores que recorrem a tecnologias modernas e acessam recursos públicos.

Onde a organização é mais forte o acesso ao crédito é bastante significativo, assim como é maior também a diversidade de tecnologias utilizadas pelos agricultores, como melhoramento de pastagem, inseminação artificial, irrigação, resfriamento do leite etc.

Ao se tentar identificar as principais fragilidades e potencialidades do Território confirma-se como Potencialidades o grande número de associações, a presença dos STRs, a Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI, que está formando técnicos com a lógica da Agricultura Familiar, as cooperativas que elevam o padrão de produção e comercialização e estimulam os agricultores a continuarem se organizando e a diversificação da produção.

No caso das Fragilidades destacam-se: dificuldades em acessar maquinários e outras tecnologias; falta de capacitação; resistência de alguns agricultores em aceitar novas tecnologias; agricultores que ainda não perceberam a importância da organização, especialmente em alguns municípios onde esses casos são mais concentrados; a delegação de poderes por parte do conjunto dos agricultores a duas ou três lideranças se liberando da necessidade de participar das discussões e correndo o risco de criar uma “elite pensante e que essa elite conduza o destino daqueles que não estão participando diretamente do processo”.

As articulações em torno da consolidação do Território não têm, até o presente momento, gerado tensões de relevância. Os relatos indicam que alguma insatisfação foi percebida no início do processo em função da priorização de Silvânia e Orizona para sediar os principais projetos apresentados.

Embora isso não esteja totalmente superado, o grupo diretivo estaria conseguindo fazer com que os municípios contornem esses “pequenos” conflitos.

Há uma relação de convergência e parceria entre as organizações de agricultores familiares e o sindicato rural ligado ao patronato. Eles estão juntos na construção de políticas, na capacitação e no debate.

Parece ser consenso de que é preciso melhorar a relação com o ambiente externo ao Território, como já foi possível perceber na análise do apoio institucional. Há uma presença física de universidades, mas a influência sobre o Território é extremamente tímida. Considera-se necessário uma maior divulgação do Território e do conceito de Territórios. Eles não estariam sendo bem divulgados e muitos municípios nem saberiam do que se trata. Há uma necessidade de divulgar mais as potencialidades locais que resultarão no fortalecimento da Agricultura Familiar.

Verifica-se uma preocupação do CTDRS (ex-CIAT) em fazer com que o Território crie autonomia em relação aos recursos do Pronaf, com o intuito de se manter como tal quando essa fonte não estiver mais disponível ou tenha a forma de financiamento alterada.

O atraso na liberação dos recursos para a execução dos projetos tem gerado perdas para o Território. A demora onera o custo da obra e coloca o projeto na dependência do poder executivo ao ter que decidir se amplia ou não o valor orçado inicialmente para contrapartida. Quando coincide de passar de uma gestão para a outra o poder de decisão fica totalmente centralizado nas mãos do executivo que muitas vezes opta por não contratar a obra.

Começa a emergir uma preocupação de que o espaço de discussão territorial seja apropriado para disputas partidárias, o que poderia vir a fragilizar o processo de consolidação do Território, embora cresça a idéia de que o mesmo precisa ter uma representação política com perfil previamente definido e eleita com essa finalidade, independente da sigla.

Há desejos, ainda individuais, de que o Território, enquanto tal, comece a discutir uma maior aproximação com a iniciativa privada, principalmente com as empresas instaladas nos municípios com o intuito de envolvê-las no processo e de construir parcerias que fortaleçam a Agricultura Familiar.

3. Perspectiva de Desenvolvimento: Centralidade na Cadeia Produtiva do Leite

A escolha do leite como cadeia de produção a ser fortalecida no Território Estrada de Ferro teve como base o fato desta ser a principal fonte econômica de grande parte dos agricultores familiares da região. De fato, o Território caracteriza-se pela elevada produção de leite e pelo elevado número de produtores. Conforme pode ser observado no quadro abaixo, o Território Estrada de Ferro conta com três municípios na lista dos 20 maiores produtores de leite do estado de Goiás. Juntos, os municípios do Território responderam, em 2006, por cerca de 9% da produção de leite do estado.

Lista dos 20 municípios maiores produtores de leite do Estado de Goiás no ano de 2006 e porcentagem da produção total representada pelos municípios do Território. Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2006.

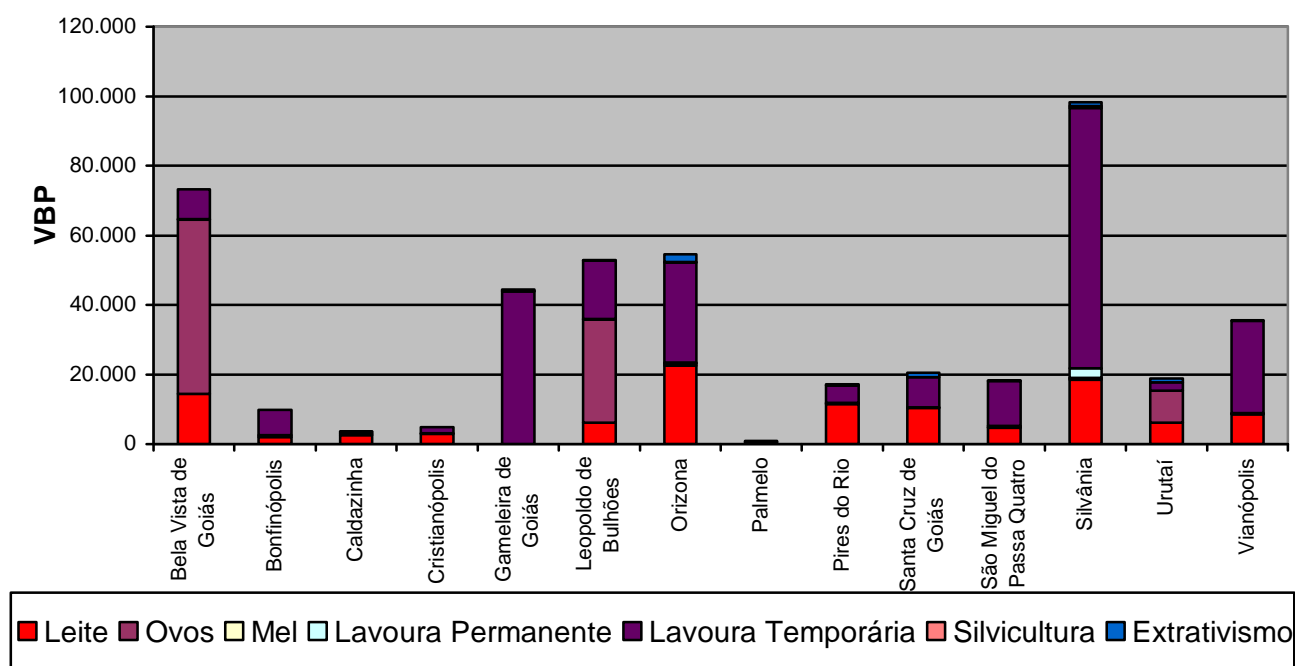
Lista dos 20 maiores produtores de GO		Produção no Território Estrada de Ferro		
Municípios	Produção Diária Média	Municípios do Território	Produção Diária	% em relação a

			Média	produção total de GO
Piracanjuba	246.443,84	Orizona	123.287,67	1,722
Morrinhos	184.490,41	Silvânia	100.684,93	1,406
Rio Verde	167.123,29	Bela Vista de Goiás	79.906,85	1,116
Quirinópolis	153.150,68	Pires do Rio	62.465,75	0,872
Mineiros	147.945,21	Santa Cruz de Goiás	56.164,38	0,784
Jataí	141.369,86	Vianópolis	46.082,19	0,644
Luziânia	134.136,99	Leopoldo de Bulhões	32.876,71	0,459
Orizona	123.287,67	Urutaí	32.876,71	0,459
Catalão	104.082,19	S. M. P. Quatro	25.479,45	0,356
Ipameri	101.369,86	Gameleira de Goiás	23.287,67	0,325
Silvânia	100.684,93	Cristianópolis	16.575,34	0,231
Itumbiara	94.734,25	Caldazinha	15.035,62	0,21
Jaraguá	87.671,23	Bonfinópolis	10.958,90	0,153
Pirenópolis	87.671,23	Palmelo	2.191,78	0,031
Trindade	86.301,37	TOTAL do Território	627.873,97	8,77
Goiatuba	85.145,21			
Inhumas	83.753,42			
Bela Vista de Goiás	79.906,85			
São Miguel do Araguaia	79.452,05			
Caçu	73.863,01			

Fonte: Estudo da Cadeia Produtiva do Leite /Instituto Ouro Verde / MDA

Embora o leite seja ainda a principal atividade produtiva e econômica dos agricultores familiares no Território Estrada de Ferro, outros produtos, em especial as lavouras temporárias, apresentam sua relevância. De fato, são as lavouras temporárias, como milho e soja, as responsáveis pelos maiores valores de produção, o que se destaca no gráfico a seguir:

Gráfico: Valor Bruto da Produção em 2006. Fonte: IBGE, 2008



Observação: Extraído do Estudo da Cadeia Produtiva do Leite /Instituto Ouro Verde / MDA

3.1. Análise da Produção do Leite

A produção de leite está presente em todos os municípios do Território Estrada de Ferro. Os municípios com maior produção são Orizona, Silvânia e Bela Vista de Goiás. Juntos, estes municípios representam praticamente 50% do leite produzido no Território, que gira em torno de 230.000 litros/ dia.

Os dados do IBGE revelam que a produção de leite no Território Estrada de Ferro apresentou, de 1996 a 2006, crescimento bastante expressivo. De fato, o Território apresentou crescimento médio de 4,5% ao ano na produção, média esta superior ao crescimento brasileiro e goiano no mesmo período (3,7 e 3,0%, respectivamente).

Entretanto, ao analisar os dados referentes ao número de vacas ordenhadas, verifica-se que o aumento de produção ocorreu principalmente devido ao aumento no número de animais. O número de vacas ordenhadas cresceu, em média, 6,95% ao ano, número também superior ao crescimento brasileiro (2,87%) e goiano (3,28%). O resultado deste processo foi a queda da produtividade dos animais da região. Enquanto em 1996 cada vaca em lactação produzia cerca de 1.600 litros de leite/ ano, em 2006 esta produção caiu para 1.370 litros/ vaca/ ano.

A queda de produtividade ocorreu em praticamente todos os municípios, com exceção de Bonfinópolis, Urutaí e Gameleira de Goiás, únicos municípios a apresentar crescimento de produtividade no período. No entanto, a produtividade média dos animais ainda é baixa comparando-se a outros países do mundo que apresentam produção por vaca mais alta. A baixa produtividade dos animais é agravada pelo elevado custo de produção indicado pelos agricultores visitados e entrevistados.

O sistema de produção predominante em todo o Território é o pastoreio, realizado de forma extensiva nas propriedades pouco tecnificadas e de forma rotacionada nas propriedades com maior nível de tecnificação. Entretanto, o longo período de seca, que varia de 4 a 7 meses, traz a necessidade de suplementação alimentar. Este

procedimento é realizado principalmente com ração comercial (milho e soja), silagem e cana de açúcar. Estes são os componentes que, segundo entrevistados, mais oneram a produção. A baixa especialização dos animais para a produção de leite aliada aos problemas no manejo nutricional completam este quadro que, em última instância resulta em baixa produtividade.

Gráfico: Produção de Leite em 2006 no Território Estrada de Ferro. Fonte: IBGE, 2006

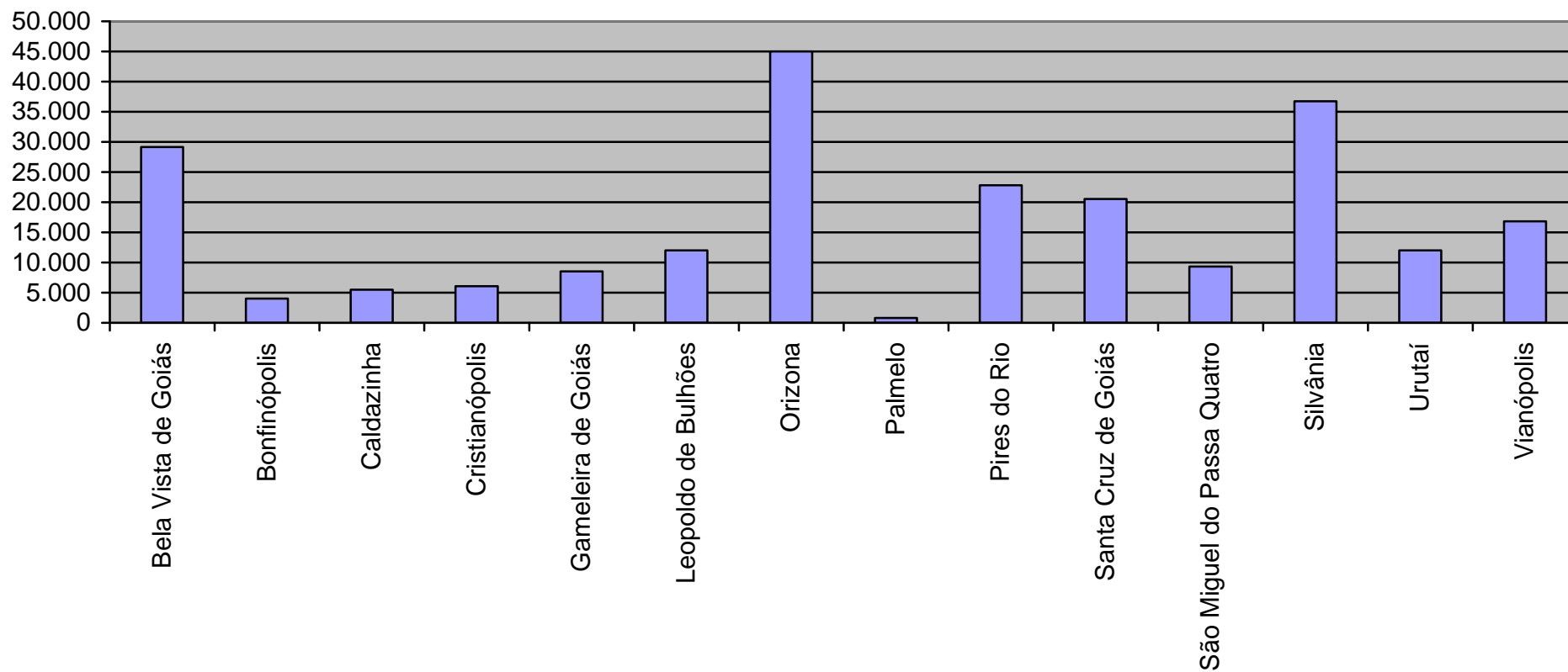


Gráfico: Produção de Leite (mil litros), Vacas Ordenhadas e Produtividade (litros/ vaca ordenhada/ ano) de 1996 a 2006 no Território Estrada de Ferro.
Fonte: IBGE, 2006

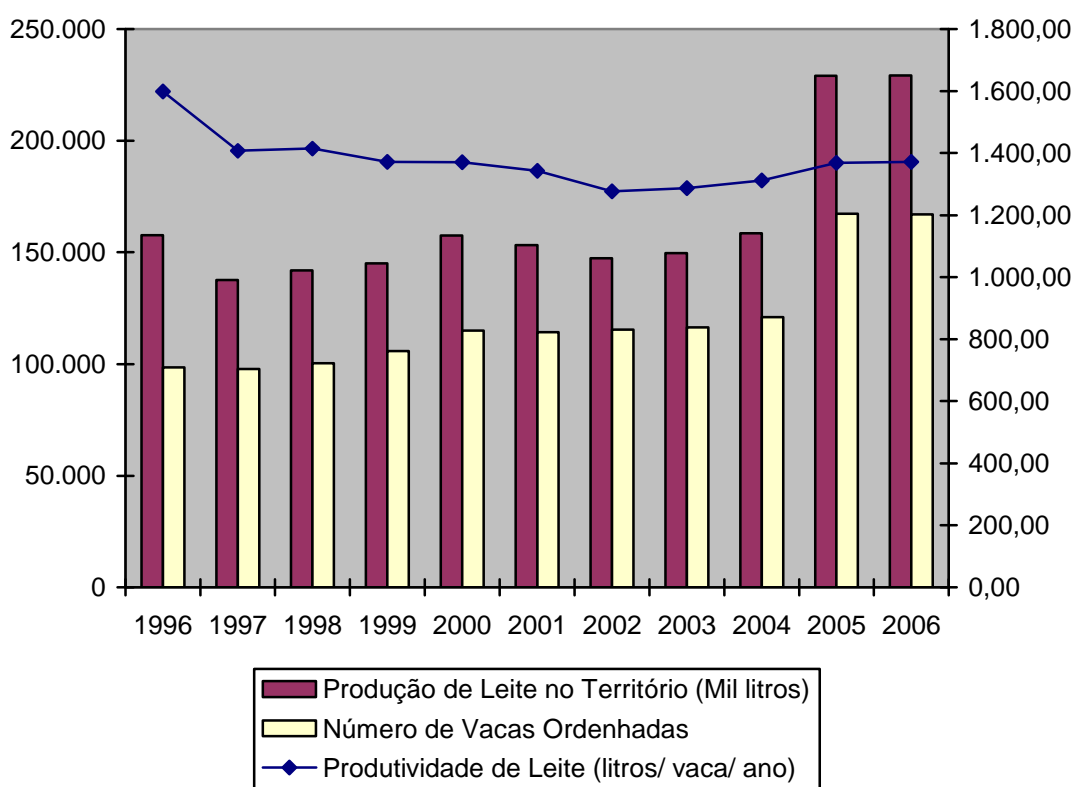


Tabela: Produtividade (litros/ vaca ordenhada/ ano) e Variação por Município IBGE, 2006

Município	Litros/ Vaca/ Ano (2006)	Variação da Produtividade de 1996 – 2006
Bela Vista de Goiás	1.350,90	-0,80
Bonfinópolis	1.269,84	1,11
Caldazinha	1.029,64	-3,84
Cristianópolis	1.475,61	-0,72
Gameleira de Goiás	1.416,67	0,83*
Leopoldo de Bulhões	1.363,64	-0,68
Orizona	1.428,57	-2,52
Palmelo	1.142,86	-1,60
Pires do Rio	1.357,14	-1,13
Santa Cruz de Goiás	1.366,67	-1,79
São Miguel do Passa Quatro	1.453,13	-1,67
Silvânia	1.386,79	-0,58
Urutaí	1.333,33	1,30
Vianópolis	1.378,69	-1,98

Observação: *considerou-se a diferença entre os anos de 2001 e 2006, pois o município emancipou-se em 2000. Tabela extraída do Estudo da Cadeia Produtiva do Leite /Instituto Ouro Verde / MDA

Devido à importância das diferentes estratégias nutricionais adotadas no Território, cabe um detalhamento específicos deste item. De fato, muitas vezes o manejo nutricional adequado à genética animal pode representar o fator de sucesso ou não das propriedades. Desta forma, destacam-se no Território três componentes do manejo nutricional dos animais:

- a) Ração comercial: a ração é geralmente comprada em lojas agropecuárias ou diretamente nas cooperativas. Apesar de haver produção por parte das cooperativas locais, os preços das rações comerciais e aquelas produzidas nas cooperativas não possuem grandes diferenças de preço. Um dos motivos que leva a este fato é a necessidade, muitas vezes, de aquisição de matéria prima, como milho e soja, no mercado, não havendo, desta forma, meios para se reduzir de forma satisfatória o custo de produção deste produto. São escassas as experiências de compra coletiva de ração por parte de associações ou grupos de produtores.
- b) Silagem: produzida geralmente nas propriedades, a silagem também representa elevado custo de produção, principalmente por grande parte dos produtores ou mesmo das associações não possuem maquinário para realização do trabalho. Desta forma, cabe ao produtor alugar o equipamento, o que representa elevação de custos e comprometimento muitas vezes da qualidade da silagem uma vez que o escalonamento para a utilização do maquinário pode impossibilitar a colheita do milho na época ideal.
- c) Cana de açúcar: a cana vem sendo utilizada por muitos produtores como estratégia de redução de custos. Apesar de terem sido citadas experiências negativas com a utilização de cana com uréia, combinação considerada nutricionalmente ideal, foram visitadas também propriedades que aplicavam a tecnologia com bastante sucesso. A utilização de cana implica em menores indicadores de produtividade, porém seu menor custo de produção pode representar uma importante economia e maior ganho ao produtor.

Verifica-se, em geral, certa indefinição por parte de técnicos e agricultores das tecnologias mais adequadas à região. A constante reclamação de custos elevados de produção aliada à baixa produtividade da maioria dos animais indica que as técnicas de suplementação dos animais podem não estar sendo aplicadas corretamente. De fato, os técnicos entrevistados, em sua grande maioria, apontam para deficiências no manejo nutricional do gado da região, em especial o oferecimento de ração ou silagem em períodos e quantidades desnecessárias, acarretando em aumento de custo sem retorno financeiro proporcional.

Ao mesmo tempo, observou-se que é escassa a procura por métodos alternativos de alimentação dos animais utilizando produtos típicos do Território. Uma exceção deve ser feita a tentativa de utilização do baru como suplemento nutricional. Esta prática pode representar significativa redução de custos para o produtor. Porém, ainda não necessárias pesquisas e a estruturação da fábrica para processamento do baru no Território, bem como organizar os grupos de extrativistas para a realização da coleta.

Complementando os principais custos de produção têm-se os medicamentos e produtos para a garantia da qualidade do leite, desde a aquisição de resfriadores até os produtos destinados a higiene de ordenha. Do lado da sanidade animal, os medicamentos que mais oneram o produtor de leite são os produtos carrapaticidas e de prevenção/tratamento da mastite.

Cabe destacar que aquisição de resfriadores de leite tem sido apontada como fator limitante para os produtores com pequena escala de produção. Estes procuram resolver esta limitação através da aquisição de tanques coletivos. Entretanto, esta prática vem sendo vista com receio pelas cooperativas e laticínios. De fato, estas instituições foram unânimes em mencionar que em breve não coletarão mais leite em tanques comunitários.

De maneira geral observou-se que há no Território a busca pela elevação da produção. Para isso, ao invés de conhecer os bons exemplos de produção que existem em todo o Território, buscam-se referenciais de fora, geralmente baseados na especialização da atividade. Em um cenário marcado por incertezas e por uma grande oferta de leite na região, deve-se optar pelos sistemas mais simples, com baixo custo e pouca dependência de insumos externos. A necessidade de redefinir os sistemas de produção do Território é demonstrada pela frase abaixo, dita por um agricultor...

“Por que o dono da agropecuária enriquece rápido e o agricultor familiar não consegue ter lucro?”

Agricultor familiar do município de Santa Cruz de Goiás

Deve-se destacar que o Território possui exemplos de utilização de tecnologias alternativas para todos os pontos tratados como limitantes neste item. De fato, foram visitadas propriedades que possuem baixo custo de alimentação, utilizando o sistema de cana com uréia com grande eficiência e que pouco dependem da variação de preços da ração comercial. Foram visitadas propriedades que utilizam formas alternativas de baixo custo para tratamento de carrapatos e mastite. Entretanto, estas experiências estão isoladas dentro do Território. Em geral, procuram-se tecnologias de produção em outras regiões, como Minas Gerais ou São Paulo.

Finalizando, podem-se dividir os produtores de leite do Território em diferentes grupos, de acordo com o seu nível de tecnificação. Basicamente foram identificados três segmentos de produtores: os altamente tecnificados, com controle de sua produção e elevada produtividade e produção diária; aqueles com nível médio de tecnificação e os pequenos produtores que possuem baixo nível de tecnificação, grande sazonalidade e pequena escala de produção – estes representam a grande maioria dos produtores do Território. Deve-se destacar ainda que é possível encontrar nas cooperativas da região todos estes três segmentos de produção.

Este fato é importante, pois se observa na região certa elitização da produção nas organizações. Enquanto a produtividade média é baixa, os indicadores das cooperativas são mais elevados. Cada vez mais os produtores com pequena escala de produção vão se afastando e mesmo os tanques comunitários, tidos como alternativa para a sustentação destes produtores, vem sendo abandonados.

3.2. Importância da Organização Social na Atividade Leiteira

Um dos principais pontos que caracterizam o Território Estrada de Ferro é o grande número de instituições de produtores de leite, tais como associações, centrais de associações e cooperativas. De fato, todos os municípios visitados possuíam alguma instituição que agregasse parte dos produtores de leite do município.

Grande parte destas instituições nasceu com um objetivo definido: a venda do leite. Desta forma, estas associações e cooperativas atuam na venda coletiva do leite, seja através de tanques comunitários, cada vez mais raros, ou na negociação conjunta de leite. No entanto, apenas algumas destas organizações também atuam na compra coletiva de insumos ou na promoção da venda de outros produtos – casos que merecem

destaque são a Cooperativa de Silvânia e algumas associações, como em Santa Cruz de Goiás.

A venda coletiva de leite se dá através de tanques comunitários ou mesmo individuais. No caso de tanques individuais, a venda geralmente é negociada considerando o volume total da organização. Deve-se destacar ainda que 03 cooperativas do Território são ligadas a Centro Leite, central de cooperativas que atualmente comercializa mais de 1.000.000 de litros/ dia.

Cabe comentar sobre a importância das Cooperativas do Território: de Orizona, de Silvânia, de Vianópolis e de Bela Vista de Goiás. Estas cooperativas agregam produtores de todos os tamanhos e níveis de técnica. São responsáveis pela captação e venda de grande parte do leite do Território. Oferecem serviços diferenciados, como fábrica de ração, de sal mineral e assistência técnica. Entretanto, foram levantadas algumas questões sobre estas instituições, como:

- a) Suposta elitização da produção, com maior preocupação com os grandes produtores do que com os pequenos, que de fato são a maioria dos cooperados. A busca pela eficiência e qualidade e a priorização da assistência técnica para os produtores “mais receptivos” foram apontados como alguns dos sinais desta afirmação;
- b) Falta de comunicação com os cooperados, gerando desconfiança na administração e nos objetivos da instituição. Conforme verificado, são poucos os canais de comunicação das cooperativas, geralmente restritos a uma assembleia ordinária anual e a jornais. O resultado deste processo é o frágil sentimento de fidelização dos cooperados à instituição. De fato, observa-se que grande parte dos cooperados não se sente proprietária da cooperativa, mas enxerga nesta apenas mais uma compradora de leite do Território.

Ao mesmo tempo, é importante reforçar que, devido a grande disponibilidade de leite em toda a região, todas estas formas de organização acabam não refletindo em melhorias substanciais no preço do leite pago ao produtor – de fato, as cooperativas são conhecidas em alguns municípios do Território com “as piores pagadoras de leite”.

É difícil quantificar o quanto as cooperativas contribuem para a elevação no preço médio do leite na região. Entretanto, pode-se dizer que estas instituições contribuem para manter o preço do leite em um patamar que dificilmente seria conseguido sem a sua presença. Ao mesmo tempo, a pouca margem de negociação no preço do leite revela que sozinhas estas cooperativas perdem poder de negociação. É necessário maior articulação destas instituições, desde a venda do leite, mas fundamentalmente para a troca de informações e experiências.

3.3. Serviços de Apoio à Produção Leiteira

Na área de serviços de apoio a produção, destacaremos 02: o oferecimento de assistência técnica e o crédito rural.

Existem basicamente três modelos de assistência técnica que puderam ser identificados no Território: o apoio oferecido pela EMATER (antiga AGENCIARURAL), os serviços realizados pela COAPRO (Orizona) e a assistência prestada pela Cooperativa de Bela Vista de Goiás. Cada um destes modelos possui características próprias, descritas a seguir:

- EMATER: o reduzido número de técnicos impossibilita uma assistência mais freqüente junto aos produtores de leite. Desta forma, este apoio técnico acaba se restringindo a elaboração de projetos e capacitações pontuais. Em alguns municípios o técnico da EMATER desenvolve trabalhos mais intensivos junto a um grupo limitado de produtores.
- COAPRO: a Cooperativa de Orizona fechou contrato com uma empresa de assessoria particular. Neste contrato, os cooperados arcam com 1/3 do valor da mensalidade dos técnicos (R\$ 100,00) e a cooperativa com os 2/3 restantes (R\$ 200,00). Com este valor o produtor tem direito a receber 01 visita/ mês de um técnico agrícola; 1 visita a cada 2 meses de um veterinário e a participar de 1 reunião técnica a cada 02 meses. A assistência prestada foca desde aspectos gerenciais da propriedade até serviços técnicos. Trata-se de um modelo que vem dando resultados, porém ainda de difícil incorporação por novos produtores, que tem resistência em aceitar o pagamento da mensalidade. A necessidade de investimento da cooperativa torna também inviável que todos os produtores tenham acesso a esta forma de assistência.
- Cooperativa de Bela Vista: o corpo técnico da cooperativa divide os produtores em 04 categorias, a saber: produtores com resistência a adoção de técnicas e as informações dos técnicos; produtores com aceitação de novas técnicas; produtores que participam de programas específicos da cooperativa e as unidades modelo. Conforme os grupos, têm-se diferentes níveis de acompanhamento. Os produtores do primeiro grupo, que representam a grande maioria, somente recebem visitas em casos de emergências; nos demais grupos a visita é mensal. Com referência as unidades modelo, atualmente a cooperativa possui 02 unidades sendo que estas são escolhidas como modelo a partir dos índices zootécnicos atingidos.

A assistência técnica é uma das principais demandas dos produtores do Território. De fato, como visto, existe grande espaço para melhoria técnica da produção. Entretanto, se faz necessário definir o referencial técnico que será utilizado, sempre tendo como foco a redução de custos e o maior ganho, em especial aos agricultores familiares. Neste sentido não se pode negar o potencial representado pela Escola Família Agrícola de Orizona, o CEFET de Urutaí e CENTAF de Silvânia. Todas estas instâncias podem envolver-se em um amplo programa de inovação tecnológica e assistência técnica e gerencial as propriedades do Território.

Paralelo a estas formas de assistência, deve-se destacar os serviços de capacitação oferecidos pelos SEBRAE e SENAR. Estas instituições oferecem ampla oferta de cursos voltados aos produtores. Entretanto, os entrevistados foram unânimes em dizer que estas capacitações, de forma isolada e sem uma assistência periódica tem seus resultados extremamente limitados.

Por fim, cabe fazer menção as cooperativas de crédito existentes nos municípios de Orizona, Silvânia e Bela Vista de Goiás. Estas cooperativas representam alternativa importante aos agricultores familiares do Território, tendo em vista as dificuldades comentadas pelos entrevistados para a obtenção de crédito junto ao Banco do Brasil (demora em liberação e dificuldade em obter todos os documentos necessários).

3.4. Vantagens, Desvantagens e Demandas da Cadeia Produtiva de Leite

Quadro: Pontos Fortes, Pontos Fracos e Demandas do Subsistema de Produção de Leite, 2008

Pontos fortes	Pontos Fracos	Demandas
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de referências de produção diferenciada dentro do Território. ➤ Existência de organizações dos produtores de leite, incluindo associações, cooperativas de produção e de crédito. ➤ Instituições para a formação: EFA, CENTAF. ➤ Capacidade instalada nas cooperativas para produção de ração e sal mineral, podendo atingir grande parte dos produtores do Território. ➤ Bons exemplos de programas de assistência técnica e gerencial, em especial da Cooperativa de Orizona. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Índices de produtividade e rentabilidade baixos. ➤ Falta assistência técnica a grande parte dos produtores do Território. ➤ Falta de articulação dentro das organizações e entre elas, gerando sentimentos de desconfiança entre os membros e sentimento de competição entre as organizações. ➤ Dificuldade aos pequenos produtores se adequarem as normas de qualidade e beneficiarem-se dos pagamentos por volume. ➤ Oscilação do preço do leite, gerando insegurança no produtor. ➤ Necessidade de melhoria da qualidade do leite, principalmente junto aos pequenos produtores e tanques comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento de pesquisas para identificação de alternativas para alimentação animal e medicamentos. ➤ Repensar o modelo e produção, altamente dependente de insumos, para propostas de diversificação e complementação da produção (diversificação). ➤ Maior articulação entre as diferentes organizações representativas dos produtores de leite. ➤ Formação de uma rede territorial de assistência técnica e gerencial, com ênfase nos agricultores familiares excluídos deste processo. ➤ Fortalecimento das associações, com diversificação de sua atuação – criação de opções de renda para os agricultores da região.

3.5. Perspectiva da Cadeia Produtiva do Leite

A visão de futuro da cadeia de produção de leite no Território Estrada de Ferro reflete o cenário mais desejado pelas lideranças e representantes da agricultura familiar. Para a construção desta visão partiu-se do cenário desejado para a produção, para a transformação e para a comercialização, da forma a seguir:

Quadro: Visão de Futuro da Cadeia de Produção de Leite, 2008

Produção	Que a produção de leite no Território Estrada de Ferro seja de fato rentável e que dê segurança ao agricultor familiar. Que haja controle de custos e assistência técnica periódica a todas as propriedades. Que os sistemas de produção sejam de baixo custo e pouco dependentes de insumos externos. Que haja diversificação da renda do agricultor familiar, com a integração da produção de leite a outras atividades. Por fim, que as diversas organizações de produtores do Território estejam articuladas e atuem de forma conjunta.
Transformação	Que haja melhoria na relação entre produtores de leite e a indústria de laticínios, com maior transparência de ações. Que haja ao menos uma agroindústria regional para distribuição de leite e queijos ao mercado institucional de Goiânia e que este empreendimento dê prioridade aos agricultores familiares com baixa produção. Que sejam feitas parcerias com os laticínios de abrangência municipal ou regional para entrega dos produtos junto a merenda escolar, priorizando os agricultores familiares de baixa produção.
Comercialização	Que seja potencializado o mercado local e que os produtos do Território possam alcançar a capital do estado. Que haja melhoria na relação comercial, com mais troca de informações entre produtores, indústria e mercado consumidor.
Visão Geral	Que haja articulação entre as instituições que representam os produtores de leite do Território, com a adoção de sistemas de produção de baixo custo e rentáveis, no qual o leite venha acompanhado de outros produtos para a geração de renda dos agricultores familiares. Que o leite do Território seja beneficiado em agroindústria própria e através de parcerias com laticínios municipais e regionais, sendo distribuído ao mercado local e regional. Que haja maior diálogo entre todos os elos da cadeia de produção.

4. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS

Para elaboração e implementação do PTDRS, o Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS (ex-CIAT) realizou o I Congresso da Agricultura Familiar em março de 2010, em Silvânia, nas dependências do Centro de Formação da Agricultura Familiar (CENTAF), do qual foram extraídas as prioridades a serem enfrentadas em vista do desenvolvimento rural sustentável.

4.1. Temas e Prioridades

4.1.1. Tema: Identidade, Cultura, Família e Sociedade

Valorização da Mulher na Família Rural, devendo a política territorial no conjunto de suas ações e nas suas relações interinstitucionais ressaltar a importância da mulher para a manutenção da unidade familiar e reconhecer a sua contribuição no contexto da Agricultura Familiar e no desenvolvimento do campo.

As ações devem ser organizadas e coordenadas pelo CTDRS, juntamente com parceiros locais/regionais, de maneira a garantir cada vez mais a presença e participação das mulheres nos espaços de discussão e na elaboração de políticas, nas tomadas de decisões e na execução de atividades voltadas para o campo.

O CTDRS deverá assegurar recursos e promover campanhas de valorização que incluam debates nas mídias locais, encontros formativos e de confraternização, com palestras sobre temáticas de interesse das mulheres rurais, bem como atuar para a constituição de grupos de trabalho, projetos organizativos, produtivos e econômicos que se destinem prioritariamente às mulheres rurais.

Essa prioridade parte do entendimento de que garantindo o espaço legítimo e devido à mulher nos grupos familiares, nas atividades agropecuárias, nas organizações sociais e nas comunidades rurais, favorecendo seu protagonismo e promovendo sua autonomia e independência, a própria identidade rural e a manutenção social do campo serão fortalecidos, uma vez que a unidade familiar, que é a base da identidade rural, é normalmente assegurada pela mulher, em que a produção da cultura e suas diversas manifestações estão assentadas na própria permanência das famílias no campo e nas intrincadas relações dos diversos grupos familiares.

4.1.2. Tema: Escola e Educação do Campo

Educação Rural de Qualidade - do Ensino Fundamental ao Superior, em que se deverá introduzir na política territorial uma atuação mais direcionada a estimular as políticas educacionais municipais/regionais de forma a contemplar os princípios das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo contidos na LDB, destacadamente criando grupos de trabalho que atuem ajustando currículos, aperfeiçoando as infra-estruturas escolares, incentivando a formação de educadores, equipando melhor as escolas rurais, assegurando a adoção de material didático-pedagógico que valorize a vida no campo, estruturando e ofertando novos cursos técnicos de nível médio, sejam integrados ou subseqüentes ao Ensino Médio, bem como criando cursos de nível superior adequados à Agricultura Familiar.

Nesse sentido, reiterou-se a opção por cursos e modalidades de ensino que se organizem baseados na Pedagogia da Alternância, a exemplo da Escola Família

Agrícola de Orizona – EFAORI e da União Brasileira de Educação e Cultura / Centro de Formação da Agricultura Familiar (UBEC-CENTAF).

Porém, destacou-se que não se trata somente da assegurar os fundamentos e práticas da Pedagogia da Alternância na Educação Profissional de Nível Médio, mas, principalmente, de gerar condições de que também a Pedagogia da Alternância se antecipe ao Ensino Médio, garantida já no Ensino Fundamental, e se estenda ao Ensino Superior, para que ocorra a promoção da educação integral das crianças, adolescentes e jovens do campo, aumentando a identificação desse público com o rural, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, fundamentais ao desenvolvimento rural sustentável.

Em razão de sua natureza público-estatal e atuação territorial, a Universidade do Estado de Goiás – UEG se apresenta como parceira promissora para cumprir um papel determinante na política territorial, destacadamente se voltar sua atenção às necessidades educacionais do campo no Território Estrada de Ferro, seja na formação de educadores com uma fundamentação didático-pedagógica mais apropriada à realidade rural, seja na oferta de cursos de graduação mais adequados às necessidades produtivas e do mundo do trabalho da Agricultura Familiar, principalmente se associar sua competência institucional à experiência e prática pedagógica da Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI, notória instituição que atua baseada na Pedagogia da Alternância, reconhecida nacionalmente.

4.1.3. Tema: Assistência Técnica, Extensão Rural e Profissionalização

Melhorar a Qualidade e a Oferta de ATER Pública e Comunitária, em que se deverá promover a articulação e a cooperação entre as diversas organizações, públicas e privadas, para a criação de uma Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural que seja capaz de oferecer em quantidade suficiente e qualidade necessária esses serviços às famílias agricultoras, prezando pela adequação das metodologias à realidade e potencialidade da Agricultura Familiar e pela maior capacitação e qualificação dos(as) agricultores(as) familiares de modo a diminuir gradativamente a dependência de técnicos e a incrementar significativamente as atividades agropecuárias.

Neste caso, se reconhece a necessidade de o CTDRS apoiar a revitalização da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER de Goiás, que se constitua uma organização capaz de atender e promover satisfatoriamente a Agricultura Familiar, dispondo de profissionais efetivamente capazes e sensíveis às particularidades do Território Estrada de Ferro, de recursos suficientes para o seu funcionamento e com uma metodologia de trabalho que estabeleça minimamente os referenciais teóricos e práticos para a atuação de seu quadro de profissionais técnicos, necessariamente que seja multiprofissional, não simplesmente dotadas de técnicos em agropecuária, médicos veterinários e engenheiros agrônomos.

Na mesma perspectiva, se reconhece a importância da EFAORI e da UBEC-CENTAF, que promovem a Educação Profissional de Nível Médio, respectivamente nas modalidades Integrado e Subseqüente, ambas na formação de agricultores(as) familiares técnicos em agropecuária, o que contribui para a oferta e distribuição dessa categoria profissional pelos 14 municípios do Território Estrada de Ferro.

Em vista do aproveitamento dessa mão de obra qualificada e de outros profissionais de áreas técnicas afins à agropecuária, fica indicada a importância de que outras instituições de âmbito territorial elaborem, se credenciem junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, de maneira alinhada à Política Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, e implementem programas de ATER pública, ainda que não estatal.

4.1.4. Tema: Organização Social e Representação Política da Agricultura Familiar no Território Estrada de Ferro

Revitalizar a Cultura Associativista, em que o CTDRS deverá, juntamente com as organizações sociais do campo existentes no Território Estrada de Ferro, viabilizar estratégias e mecanismos que incentivem a formação de grupos, formais ou informais, de agricultores(as) familiares, sejam de produção, comercialização ou assistência técnica, bem como a criação e fortalecimento das associações de produtores, das centrais de associações, das cooperativas agropecuárias e de crédito, dos sindicatos, dos conselhos comunitários, entre outras formas organizativas.

É devido o reconhecimento de que a capacidade de mobilização, união e cooperação da Agricultura Familiar é determinante para o enfrentamento e superação dos inúmeros desafios que se apresentam ao desenvolvimento rural sustentável, sejam localizados nas comunidades rurais, nos municípios ou no Território Estrada de Ferro.

Também nesse aspecto, se reconhece a importância de se investir na formação de lideranças e no aperfeiçoamento da gestão das organizações sociais existentes para que melhorem sua capacidade de agregar os sujeitos sociais do campo, de corresponder às suas expectativas, cumprindo os fins sociais que as justificam, prezando pela gestão eficiente, pela transparência, pela participação democrática, pela solidariedade e respeito.

Observa-se que a representação política e social da Agricultura Familiar está intimamente dependente da capacidade organizativa, mobilizadora, cooperativa e participativa das famílias agricultoras, sem o qual governos, autoridades e lideranças não reconhecerão sua força de trabalho, sua capacidade coletiva e sua importância econômica e social.

É mais fácil para grupos de poder obter vantagens econômicas e políticas em detrimento da Agricultura Familiar na medida em que promovem a desarticulação de seus sujeitos sociais, estimulam a desconfiança nas suas organizações e fortalecem o individualismo e a concorrência, contrapondo-se à cooperação e à solidariedade.

4.1.5. Tema: Infraestrutura, Serviços e Políticas Públicas

Infraestrutura das Estradas Rurais, em que se deverá atuar em parceria com as prefeituras municipais, organizações sociais do campo e agricultores(as) de âmbito municipal, para a formação de parcerias locais/regionais, investimento em maquinário e veículos, capacitação técnica de operadores e de demais profissionais envolvidos no reparo e manutenção de estradas de rodagem.

Há preocupação com as técnicas ou ausência delas na definição de procedimentos e na execução dos serviços necessários de abertura de estradas, terraplanagem e construção de pontes e mata-burros, bem como o descaso com que o meio rural é tratado pelos governos municipais que alegam incapacidade de investir e manter um aparato logístico e operacional de execução desse tipo de obras e serviços.

A pouca vida útil dos serviços realizados na região, carecendo de novos esforços em curto intervalo de tempo, o afundamento das estradas, os inúmeros pontos de atoleiros, os processos erosivos e o assoreamento de córregos, rios e represas dão causa a uma preocupação ambiental, econômica e social significativa, uma vez que

tanto quanto inviabilizar a vida no campo e a produção agropecuária da Agricultura Familiar impactam negativamente na preservação dos recursos naturais.

Mais do que todos os outros serviços públicos, políticas sociais ou infraestrutura comunitária, o direito e as condições de ir e vir dos sujeitos sociais do campo são vistos como imprescindíveis para garantir a permanência das famílias no meio rural e o desenvolvimento rural sustentável.

4.1.6. Tema: Produção Agropecuária e Sustentabilidade

Planejamento e Administração nas Propriedades Rurais, em que se deverá incentivar de múltiplas formas o desenvolvimento e apropriação dos sujeitos sociais do campo de competências e habilidades relativas ao tema.

A atuação do CTDRS, juntamente com suas instituições parceiras, destacadamente Cooperativas Agropecuárias e de Crédito, Secretarias Municipais de Agricultura, SEBRAE, SENAR, SEAGRO, EFAORI, UBEC-CENTAF, EMATER, deve focar na elaboração e implementação de estratégias e mecanismos de formação e de assistência aos agricultores(as) familiares, aliada a uma política de incentivo à diversificação da produção agropecuária, do aproveitamento de vocações locais/regionais pouco exploradas, do incremento da comercialização, da agregação de valor aos produtos adequados à Agricultura Familiar e do melhor aproveitamento do potencial das propriedades rurais e da mão de obra disponível.

Nesse sentido, se reafirma que a intenção maior das famílias agricultoras é desenvolver-se de forma autônoma, independente, sem que haja necessariamente políticas paternalistas, mas sim de fomento, a gerar renda por si e a definir igualmente por si em que e quando investir o seu capital.

Decorre desse entendimento que o CTDRS deve implementar uma política que oportunize investimentos nas propriedades rurais ou, no máximo, nas comunidades rurais, cada vez mais próxima geográfica e institucionalmente das famílias agricultoras para que se sintam motivados a aderir aos projetos territoriais, na perspectiva das redes cooperativas, e a assumir a gestão desses empreendimentos.

A própria relação das famílias agricultoras com o crédito, especialmente do PRONAF, depende dessa capacidade de planejar e administrar, de produzir e de comercializar, de agregar valor, gerar postos de trabalho e renda, num círculo virtuoso que oportunize uma vida rural digna.

4.1.7. Tema: Qualidade de Vida e Meio Ambiente

Formulação de Leis Municipais que instituem as Diretrizes Locais de Desenvolvimento Rural Sustentável, os Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente, visando assegurar a permanência das pessoas no campo, principalmente os jovens, uma vez que a própria permanência e atuação das famílias agricultoras é vista por si só uma medida de preservar o meio ambiente e assegurar minimamente a continuidade dessa qualidade de vida frente aos grandes empreendimentos agropecuários baseados na monocultura e na pecuária extensiva.

Portanto, mais do que apresentar um desafio objetivo e um conjunto de ações que o superem, a questão posta e aprovada pelo Congresso é mais além. Ao CTDRS compete, na sua política territorial, fazer defesa explícita da Agricultura Familiar como prioritária aos investimentos públicos, participando efetivamente na elaboração e execução de políticas públicas, e abrir debates sobre a condição atual do campo e a

necessária valorização dos(as) agricultores(as) familiares, sem os quais o equilíbrio social e a economia local/regional ficarão profundamente abalados.

Aqui não se trata somente de empreender um discurso e uma articulação que permita garantir a qualidade de vida e um meio ambiente rural em equilíbrio, mas de garantir também uma qualidade de vida e um meio ambiente urbano igualmente em equilíbrio no âmbito do Território Estrada de Ferro, uma vez que as relações entre esses dois espaços e realidades estão direta e indissociavelmente consolidadas.

A inviabilidade da vida no campo e da Agricultura Familiar significa, de certa forma, o colapso da urbanidade (sobrecarga nos espaços, equipamentos e serviços urbanos), das governanças (desarticulação política) e da economia territorial (aumento do desemprego, queda do consumo e concentração de renda).

Assim dito, espera-se que o CTDRS afirme publicamente uma defesa da Agricultura Familiar e das famílias agricultoras como fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Território Estrada de Ferro e preservação do seu meio ambiente natural, buscando mecanismos governamentais e legais de proteção das famílias agricultoras.

Portanto, a que se respaldar a população do campo, nas suas preocupações relativas à qualidade de vida e ao meio ambiente, com uma legislação municipal elaborada por meio de ampla discussão local/regional que objetive as ameaças e as oportunidades de um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável (economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto), sem idéias e julgamentos pré-concebidos, de maneira que colegiados locais (Conselhos Municipais de Meio Ambiente) assegurem minimamente o alcance das reivindicações coletivas, multi-setoriais, bem como disponham de recursos (Fundos Municipais de Meio Ambiente) específicos para a realização de suas atividades e financiamento de ações sócio-ambientais.

4.1.8. Tema: Governança Territorial e sua Representação Sócio-Política

Reestruturação dos Conselhos Municipais e Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, sem o qual os demais desafios do campo dificilmente serão superados de forma participativa, integrada e cooperativa entre famílias agricultoras, organizações sociais do campo e governos locais.

A legalidade, legitimidade e operacionalidade dessas institucionalidades colegiadas dependem da capacidade do próprio CTDRS provocar e assumir essa discussão perante os setores da sociedade local/regional, bem como dos governos e instituições públicas reconhecerem apoiarem e valorizarem seus esforços e ações.

É reconhecido o fato de que a pouca ou, às vezes, nenhuma participação dos agentes governamentais, representantes de organizações da sociedade civil e sujeitos sociais a nível de municípios (CMDRS's) e mesmo do Território Estrada de Ferro (CTDRS) faz com que não se consolide o conjunto da política territorial, nos termos de interesse das famílias agricultoras, da finalidade das organizações sociais e da capacidade das administrações municipais.

Assim, não se trata somente de fazer novas escolhas de membros, substituir essa ou aquela entidade ou representação, mas de ajustar uma nova consciência e atitude daqueles que podem e devem contribuir para o desenvolvimento territorial. O Território deve se afirmar como um espaço de relações e complementaridades, que agrega o individual e o coletivo, o familiar e o comunitário, o público e o privado, o municipal e o

territorial, dentro de parâmetros de compromissos e de competências pessoais e institucionais.

Nesse intuito, mesmo o Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS deve rever sua atuação e reestruturar sua composição e mecanismos de articulação e gestão de modo a fazer valer seus fins sociais, cumprindo plenamente seus projetos, comunicando-se devidamente com seus membros, informando suas ações satisfatoriamente à sociedade, agregando e cooperando indistintivamente com todos os seus parceiros institucionais, independentemente de motivações ou declinações pessoais.

Espera-se que as atuações dos CMDRS's e do CTDRS, por meio de seus conselheiros(as), se dêem em nível de instituições e não de pessoas, que os acordos e compromissos se efetivem em decorrência de atos formais no efetivo ajuste de uma política territorial, que se reconheçam as diferentes contribuições e necessidades de cada município, dentro de suas reais possibilidades, que se prezem pela aptidão, competência, compromisso e legitimidade na escolha daqueles que farão representação do campo, nas suas diversas áreas de interesse.

4.2. Matriz PTDRS

Área	Eixo	Foco	Projeto/Ação
1. SÓCIO-CULTURAL	1. Identidade, Cultura, Família e Sociedade	<u>1. Valorização da Mulher e da Juventude Rural</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitação de mulheres e de jovens rurais; 2. Formação de grupos informais e de associações de mulheres; 3. Apoio a empreendimentos de mulheres e de jovens rurais; 4. Realização de viagens de estudo e de intercâmbio para mulheres e jovens rurais; 5. Viabilização de Programas de Estágio Remunerado para jovens técnicos de áreas de interesse do campo egressos de cursos baseados na Pedagogia da Alternância; 6. Formação de lideranças femininas e de jovens rurais.
		<u>2. Informação e Comunicação</u>	<ol style="list-style-type: none"> 7. Capacitação de agentes sociais, políticos e administrativos diversos de atendimento ao público rural; 8. Realização de encontros de formação e de integração social para grupos específicos; 9. Produção de material impresso de divulgação de informações de interesse do campo e de suas organizações.
		<u>3. Esporte, Lazer e Entretenimento no Campo</u>	<ol style="list-style-type: none"> 10. Construção de áreas e equipamentos de esportes e de lazer; 11. Construção e montagem de centros comunitários rurais; 12. Adequação de espaços de lazer e de convivência das famílias rurais; 13. Promoção de eventos culturais, festivos e esportivos no campo.
2. EDUCACIONAL	2. Escola e Educação no Campo	<u>4. Qualificação e Valorização de Educadores</u>	<ol style="list-style-type: none"> 14. Promoção de cursos de capacitação de educadores do campo, nos diversos níveis; 15. Incentivo à criação de cursos de especialização para educadores do campo; 16. Apoio e participação nas reivindicações de educadores por melhoria na carreira do magistério e por melhores salários.
		<u>5. Transporte Escolar</u>	<ol style="list-style-type: none"> 17. Aquisição de veículos destinados ao transporte escolar para renovação e ampliação das frotas existentes em

			<p>precariedade;</p> <p>18. Capacitação de condutores do transporte escolar;</p> <p>19. Realização de estudos para reestruturação e aperfeiçoamento do transporte escolar;</p> <p>20. Articulação do transporte intermunicipal para atendimento conjunto de universitários;</p> <p>21. Realização de obras de melhoria e manutenção de pontes e estradas onde se verifica o tráfego de veículos do transporte escolar;</p> <p>22. Realização de audiência pública nos municípios para se debater o assunto e equacionar o serviço de transporte escolar.</p>
		<u>6. Infraestrutura Escolar</u>	<p>23. Adequação da infraestrutura das escolas do campo, dotando-as de equipamentos e recursos que atendam as particularidades do ensino e as necessidades educacionais dos alunos do campo;</p> <p>24. Aquisição de acervo bibliográfico e audiovisual diversificado;</p> <p>25. Implantação de salas de informática com acesso a internet;</p> <p>26. Construção, ampliação e reforma de escolas do campo;</p> <p>27. Investimento em equipamentos diversos de escolas em alternância para ampliação e melhoria do atendimento e da oferta de cursos técnicos.</p>
		<u>7. Melhoria da Educação do Campo</u>	<p>28. Formação de Grupos de Trabalho para aperfeiçoamento e ajuste de Currículos Escolares à realidade e necessidades educacionais do campo, incluindo melhoria nos currículos de cursos de graduação destinados à formação de educadores;</p> <p>29. Articulação em vista da implementação da Lei Estadual da Educação do Campo;</p> <p>30. Articulação em vista da criação de Leis Municipais de Educação do Campo no âmbito do Território Estrada de Ferro;</p> <p>31. Realização de estudos e pesquisas de demandas formativas para oferta de novos cursos técnicos e superiores de interesse do campo;</p>

			32. Estruturação e oferta de curso superior em alternância nas diversas áreas de interesse dos sujeitos sociais e das organizações do campo.
3. APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	3. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	<u>8. Assistência Técnica e Extensão Rural</u>	33. Melhoramento e ampliação da oferta de assistência técnica aos produtores rurais e às suas organizações; 34. Formação continuada de técnicos para assistência técnica e extensão rural; 35. Capacitação de agricultores familiares.
		<u>9. Definição de Parâmetros e Controle de Qualidade da ATER Pública</u>	36. Articulação de um Programa de ATER Pública junto à EMATER para as particularidades do Território Estrada de Ferro, que estabeleça os referenciais teóricos, os objetivos e metas comuns, as estratégias e formas de operação e/ou de trabalho, as metodologias, as ferramentas e processos de verificação de resultados e avaliação de desempenho; 37. Implementação do Programa EMATER Territorial.
		<u>10. Ampliação da ATER Territorial</u>	38. Elaboração do projeto de Rede Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural; 39. Implantação da Rede Territorial de ATER. 40. Divulgação das instituições, serviços e profissionais de ATER junto aos agricultores familiares e suas organizações; 41. Articulação de contratação de mais e diversos profissionais técnicos junto a EMATER; 42. Apoio aos jovens técnicos recém formados do campo para atuarem junto às organizações sociais na assistência técnica e extensão rural, acompanhando seu desenvolvimento; 43. Incentivo e apoio à profissionalização de jovens junto às escolas em alternância do Território Estrada de Ferro, eventualmente arcando com bolsas escolares ou ajuda de custo durante o período de formação escolar.
		<u>11. Extensão Rural</u>	44. Valorização da família rural nos processos produtivos; 45. Capacitação profissional das famílias agricultoras; 46. Resgate da importância econômica e social da propriedade rural;

			<p>47. Revitalização do associativismo;</p> <p>48. Fortalecimento da organização comunitária.</p>
	<p>4. Organização Social e Representação Política da Agricultura Familiar</p>	<p><u>12. Protagonismo Rural</u></p>	<p>49. Formação de lideranças rurais;</p> <p>50. Incentivo à renovação dos quadros diretores das organizações sociais do campo;</p> <p>51. Representação e participação ativa nos diversos conselhos municipais para discussão e aprofundamento sobre as questões de interesse do campo e de seus sujeitos e organizações sociais;</p> <p>52. Realização de cursos de formação sindical rural;</p> <p>53. Promoção de cursos de empreendedorismo rural;</p> <p>54. Realização de encontros, palestras e seminários de formação política e de promoção da organização social do campo.</p>
<p>4. GORVERNAMENTAL</p>	<p>5. Infraestrutura, Serviços e Políticas Públicas</p>	<p><u>13. Segurança Pública</u></p>	<p>55. Negociação com autoridades públicas, especialmente de segurança, para aumento do contingente e do policiamento nas áreas rurais;</p> <p>56. Representação e participação nos Conselhos Municipais de Segurança Pública para garantia das condições de segurança e do acesso da população rural à segurança pública;</p> <p>57. Realização de campanhas de promoção da segurança e da cultura de paz;</p> <p>58. Criação de Redes Comunitárias de Segurança;</p> <p>59. Apoio e suporte às operações policiais de patrulhamento e de combate à criminalidade rural.</p>

		<u>14. Infraestrutura de Estradas Rurais</u>	<p>60. Constituição de consórcios intermunicipais para aquisição e gestão compartilhada de máquinas, implementos e veículos necessários à manutenção de estradas rurais;</p> <p>61. Aquisição de máquinas, implementos e veículos destinados à manutenção de estradas;</p> <p>62. Capacitação de gestores, funcionários e prestadores de serviço de manutenção de estradas, com especial atenção à utilização de técnicas mais eficientes que garantam maior vida útil às estradas e repercutam em menor impacto ambiental;</p> <p>63. Realização de estudos técnicos que indiquem melhores opções de manutenção de estradas;</p> <p>64. Levantamentos técnicos e elaboração de documentos indicativos de áreas críticas e pontos estratégicos para manutenção de estradas no maior alcance do interesse social;</p> <p>65. Priorização da manutenção de estradas destinadas ao transporte escolar, abastecimento das propriedades familiares e ao escoamento da produção agropecuária da Agricultura Familiar.</p>
		<u>15. Saúde</u>	<p>66. Instalação de Postos de Saúde no campo;</p> <p>67. Capacitação de Agentes de Saúde do campo;</p> <p>68. Realização e apoio à campanhas e mutirões de saúde no campo;</p> <p>69. Viabilização da implantação do Hospital Regional/Territorial;</p> <p>70. Aquisição de Unidades Móveis de Saúde para atendimento no campo.</p>
		<u>16. Transporte Coletivo Rural</u>	<p>71. Implantação de transporte coletivo rural para atendimento de comunidades rurais estrategicamente localizadas para garantir o maior número de beneficiários.</p>
5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CAMPO	6. Produção Agropecuária e Sustentabilidade	<u>17. Mercado e Comercialização</u>	<p>72. Investimento nos processos de melhoramento da produção e da apresentação de produtos da Agricultura Familiar;</p> <p>73. Capacitação de agricultores familiares em comercialização;</p> <p>74. Apoio à realização de feiras e encontros de negócios;</p>

			<p>75. Incentivo à formas de produção e de comercialização na perspectiva da economia solidária;</p> <p>76. Promoção de estudos de identificação de nichos de mercado de produtos da Agricultura Familiar;</p> <p>77. Realização de intercâmbio entre grupos de produtores e de negociações entre produtores e compradores.</p>
		<u>18. Planejamento e Administração Rural</u>	<p>78. Reciclagem e capacitação de técnicos extensionistas;</p> <p>79. Capacitação de agricultores familiares;</p> <p>80. Ênfase ao tema nos cursos de formação de técnicos em agropecuária;</p> <p>81. Socialização de ferramentas de gestão agropecuária;</p> <p>82. Promoção de eventos para socialização de novas tecnologias adequadas à Agricultura Familiar;</p> <p>83. Oferta de assistência técnica empresarial/rural com destaque ao planejamento e à administração rural;</p> <p>84. Realização de cursos de informática e divulgação das novas tecnologias da informação entre os agricultores familiares.</p>
		<u>19. Crédito Rural</u>	<p>85. Capacitação de técnicos extensionistas sobre projetos e Crédito Rural;</p> <p>86. Treinamento de agentes bancários para orientação adequada aos agricultores familiares;</p> <p>87. Incentivo e divulgação dos serviços das cooperativas de crédito;</p> <p>88. Divulgação das linhas oficiais de crédito e da documentação necessária aos processos;</p> <p>89. Divulgação e propaganda de linhas de crédito por meio de veículos de comunicação locais, folders e outros impressos.</p>

		<u>20. Geração de Trabalho e Renda</u>	<p>90. Elaboração de estudos, programas e projetos de diversificação da produção e da renda da Agricultura Familiar;</p> <p>91. Apoio a programas, projetos e ações de diversificação da produção e de geração de renda na Agricultura Familiar.</p> <p>92. Investimento na agroindustrialização, especialmente nas pequenas unidades agroindustriais;</p> <p>93. Formação de grupos de interesse de produção e comercialização;</p> <p>94. Implantação dos Serviços Municipais de Inspeção;</p> <p>95. Conclusão dos projetos de investimento do Território Estrada de Ferro, especialmente Abatedouro de Frango (Silvânia) e Centro de Comercialização (Vianópolis);</p> <p>96. Investimento na reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite, destacadamente na implantação de unidades de laticínios para pasteurização do leite e para produção de outros lácteos;</p> <p>97. Apoio à realização de feiras e participação dos agricultores nos espaços institucionais e oportunidades de comércio oferecidos pelo mercado;</p> <p>98. Inserção dos empreendimentos e produtos da Agricultura Familiar nas Redes de Economia Solidária.</p>
6. MEIO AMBIENTE	7. Qualidade de Vida e Meio Ambiente	<u>21. Coleta e Destinação do “Lixo” Urbano e Rural</u>	<p>99. Regularização dos aterros sanitários municipais;</p> <p>100. Criação de Usinas Regionais de Reciclagem;</p> <p>101. Implantação da Coleta Seletiva do Lixo;</p> <p>102. Criação de Pontos de Coleta do “Lixo Rural”;</p> <p>103. Sugestão às Prefeituras Municipais de adoção de incentivos fiscais para a instalação e funcionamento de indústrias destinadas à preservação e/ou recuperação do meio ambiente, especialmente ligadas à reciclagem.</p>
		<u>22. Fundo Municipal de Meio Ambiente</u>	104. Elaboração de Projetos de Leis Municipais de Desenvolvimento Sustentável, prevendo a criação dos Conselhos Municipais e Fundos Municipais de Meio Ambiente.
		<u>23. Educação Ambiental</u>	105. Promoção de campanhas de redução da geração de “lixo”, de coleta seletiva de lixo e de reciclagem;

			106. Inserção nos currículos escolares da disciplina “Educação Ambiental” ou equivalente.
		<u>24. Assistência Técnico-Ambiental</u>	107. Apoio à criação de projetos sócio-ambientais; 108. Promoção da regularização de Reservas Legais e Áreas de Preservação Ambiental; 109. Apoio e articulação com organizações e movimentos pela defesa do Meio Ambiente; 110. Promoção da produção orgânica e agroecológica.
7. TERRITORIALIDADE	8. Governança Territorial e sua Representação Sócio-Política	<u>25. Reestruturação dos CMDRS's</u>	111. Ampliação da representatividade e da participação da Agricultura Familiar; 112. Estruturação de um Programa de Capacitação de Conselheiros de Desenvolvimento Rural Sustentável; 113. Divulgação dos atos dos CMDRS's junto aos agricultores familiares, organizações sociais do campo e sociedade em geral.
		<u>26. Reestruturação do CTDRS</u>	114. Revitalização do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS; 115. Estruturação de um Programa de Capacitação de Conselheiros Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável; 116. Organização Administrativa do CTDRS; 117. Ampliação da participação democrática no CTDRS.
		<u>27. Efetivação do PTDRS</u>	118. Consolidação das Ações/Projetos Territoriais; 119. Conclusão de obras e projetos territoriais pendentes; 120. Divulgação das ações/projetos territoriais aos agricultores familiares, suas organizações e sociedade em geral.